

Desenvolvimento da Educação Especial  
Desenvolvimento da Educação Profissional  
Desenvolvimento do Ensino de Graduação  
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação  
Desenvolvimento do Ensino Médio  
Educação de Jovens e Adultos  
Escola de Qualidade para Todos  
Estatísticas e Avaliações Educacionais  
Gestão da Política de Educação  
Hospitais de Ensino  
Toda Criança na Escola

---

# Ministério da Educação

## Desenvolvimento da Educação Especial

### Resultados

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, a Educação Especial perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao ensino superior. Essa modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

A expressão Necessidades Educacionais Especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s). É um conceito mais amplo.

As ações implantadas pelo Programa instauraram um novo tempo para a educação especial contribuindo para torná-la, de fato e de direito, parte integrante do sistema educacional brasileiro e fazer dela um agente de mudança da gestão e da prática pedagógica no processo de construção da educação inclusiva, com a mobilização da sociedade e a promoção de ações visando à equidade na educação.

Os resultados da política para a educação especial são animadores. Dados do Censo Escolar indicam que, considerando tanto as escolas especializadas como os alunos integrados nas escolas comuns, o atendimento a alunos com necessidades especiais aumentou 33%, entre 1998 e 2002. No período, o atendimento em classes comuns cresceu 150%, passando de 43,9 mil em 1998 para 110,5 mil em 2002. Como consequência, o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos pelas classes de integração passou de 13% em 1998 para 24,6% em 2002. Este resultado deixa claro que as políticas adotadas no âmbito da Educação Especial têm colaborado para que os sistemas de ensino se transformem em contextos inclusivos que venham a realizar uma educação de qualidade realmente para todos.

No período de 1998 a 2002, houve crescimento de 5,2% para 6,9% na matrícula na Educação Especial. No decorrer desse período, a discussão nacional da política de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais gerou a adoção de novo paradigma do qual resulta o conceito de necessidades educacionais especiais que é mais amplo do que os que vinham sendo praticados.

Dois fatos novos contribuem para mudanças quantitativas e qualitativas na produção de informações na área de Educação Especial: o Censo Demográfico 2001 e as consequências da implementação, em todos os níveis de ensino, da Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CEB, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a partir de 2002.

A qualificação de docentes em Educação Especial deve ser objeto de impulso com a implementação da política de educação de qualidade para todos e a consequente melhoria da formação inicial e continuada de todos os professores da educação básica, conforme o que recomenda a Resolução nº 2 CNE/CEB. Ainda assim se torna

**Gerente:**

**Reinaldo Estelles**

baixa a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador Taxa de Docentes Qualificados em Educação Especial, em razão das restrições orçamentárias e financeiras do programa ocorridas neste exercício, bem como as previsões para 2003.

A partir de 2002 com a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, todos os municípios devem oferecer serviços de Educação Especial. Diante dessa exigência será uma consequência natural o atingimento da meta prevista de 90% dos municípios até 2003.

Todas as políticas implementadas têm contribuído para a melhoria do atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais, pois respondem a demandas da comunidade educacional; no entanto, como o programa é de natureza complementar às políticas locais, a verificação do impacto considera a integração no conjunto das políticas locais. Não houve tempo hábil para um processo de avaliação com base no princípio de inclusão, ou seja educação de qualidade para todos.

---

### **Concepção**

Considerando que o Programa tem como objetivo a implementação da política de Educação Especial, sua concepção está baseada no trabalho com parcerias dos atores educacionais, instituições, níveis de governo e representantes dos segmentos populacionais interessados, o que vem garantindo a legitimidade da implementação da política de atendimento. Neste contexto a evolução do programa determina uma fase de instrumentação e implementação de novos procedimentos nos diferentes níveis de governo/sistemas de ensino, o que exigirá do nível federal a disponibilização de apoio técnico e financeiro à gestão da educação especial.

Considerando a política global de educação de qualidade para todos, é necessário estabelecer políticas públicas de expansão e diretrizes nacionais para o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para o aprimoramento da política de atendimento é necessário superar a questão da identificação da demanda, cujo processo depende de ação integrada e sistemática com outros órgãos do Governo Federal e outros níveis de governo. Para que o atendimento educacional a alunos com necessidades educacionais especiais se torne universal é preciso apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino.

---

### **Implementação**

As previsões orçamentárias iniciais do Programa foram definidas por teto estabelecido e determinado pelo setor de orçamento e não pelos responsáveis pela formulação e implementação do Programa. Conseqüentemente, as metas, produtos e resultados foram definidos em função dos recursos disponíveis e não pelas reais necessidades de enfrentamento do problema para o qual o programa é proposto. Assim sendo, o Programa demandará muito mais tempo para alcançar os resultados. Os valores propostos no orçamento, ano a ano, foram coerentes com a proposta inicial, mas sempre aquém das necessidades reais.

A execução orçamentário-financeira abaixo de 100% do previsto, deveu-se ao contingenciamento do orçamento determinado pelos setores econômicos do Governo Federal.

Como a gestão dos programas está sob responsabilidade das áreas fins dos órgãos, existe uma insuficiência de recursos humanos nas áreas de orçamento e finanças, uma vez que a gratificação dos servidores desta carreira é reduzida quando este não está atuando na área setorial de orçamento e finanças.

A gerência do Programa participou de todos os treinamentos oferecidos pelo Ministério do Planejamento. Esses treinamentos contribuíram para orientar a objetividade das ações propostas em relação às metas e resultados esperados.

Todas as ações desenvolvidas no programa incluem parcerias com instituições que representam o interesse do segmento populacional que constitui o público-alvo. Essas parcerias têm creditado legitimidade às políticas desenvolvidas junto à comunidade escolar do País e repercutido junto às instituições estrangeiras similares e a organismos internacionais.

Ainda não há parcerias com outros programas, mas seria vantajosa a articulação com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR (Ministério do Trabalho e Emprego), com o programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Previdência e Assistência Social), com o programa de Direitos Humanos (Ministério da Justiça), entre outros.

## Desenvolvimento da Educação Profissional

**Resultados** De 2000 ao final do exercício de 2002 pode ser verificado um incremento de 29,8% na matrícula da Educação Profissional brasileira; atualização de cinquenta mil profissionais que atuam na área; elaboração/produção e distribuição de 126 mil volumes dos Referenciais Curriculares Nacionais para a educação profissional de Nível Técnico, contendo orientações como as mudanças curriculares que as escolas devem produzir em todos os seus cursos, com o benefício direto a 2,2 mil instituições, 717 mil alunos e 77 mil professores; consolidação de 430 planos de cursos técnicos da rede federal; implantação do Sistema Nacional de Cadastro dos Cursos Técnicos - CNTC, com 2.553 planos cadastrados em todo o País, e o incremento no número de Centros Federais de Educação Tecnológica que, além de atuarem nos três níveis de educação profissional, funcionam, ainda, como centros de serviços. Em 1995, eram 5, e em 2002, este número é de 27, representando um crescimento de cerca de 540%.

Verifica-se que o Programa **Desenvolvimento da Educação Profissional** contribuiu para implementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a criação de um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário, visando habilitar jovens e adultos para o mercado de trabalho; que suas ações, voltadas para a coordenação da Educação Profissional e para o apoio às Instituições Federais de Educação Tecnológica, permitem promover oferta coerente com o mercado de trabalho, o que reflete diretamente nas condições de empregabilidade dos jovens e adultos do País; que, principalmente por meio das ações do Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep, vem investindo no fortalecimento da Rede Federal, no reordenamento das Redes Estaduais e na criação de escolas do Segmento Comunitário, assegurando a expansão da oferta de matrículas, mediante o financiamento a terceiros para a construção de escolas, ao invés de buscar a ampliação da própria Rede Federal, o que representa uma mudança fundamental na atuação do MEC.

Em 2002 foram inaugurados/implementados 84 Centros de Educação Profissional, nos três segmentos, totalizando 104 centros ao longo de cinco anos de execução. Destaca-se ainda, em 2002, o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte a aproximadamente 155 mil alunos por meio da ação Assistência ao Educando da Educação Profissional, que é específica das Instituições Federais de Educação Profissional.

Uma dificuldade para indicar os resultados do Programa é o estabelecimento de apenas uma meta física por ação, que impossibilita explicitar claramente todos os resultados das diversas atividades que a compõe. Há nestas Ações outras metas atingidas que deixaram de ser aferidas, tais como:

- Estudos desenvolvidos para a concepção das Políticas Nacionais da Educação Profissional. (Parâmetros curriculares; modelos de gestão; pesquisas de mercado de trabalho; certificação de competências etc);
- Dados de estágios intermediários de execução dos Centros de Educação Profissional a serem implantados;
- Dados de estágios intermediários de execução dos Planos Estaduais de Educação Profissional a serem implantados;

Gerente:

Exedito José de V. Gonçalves

- Oferta de vagas por nível (Básico, Técnico e Tecnológico); e
- Cursos novos ofertados.

Para 2003, estão previstas as conclusões de algumas atividades iniciadas ainda em 2002, como: a) a implementação do Sistema de Certificação Profissional, tão logo o Conselho Nacional de Educação - CNE aprove a Proposta de Normas para o Credenciamento de Instituições para o fim específico de Certificação Profissional e o Projeto de Resolução; b) a conclusão de estudos de mercado no Estado de São Paulo, que estão sendo realizados pela Fundação Estadual de Análise de Dados - Seade, contratada pelo Proep, com a aplicação da metodologia da Pesquisa da Atividade Econômica Regional - PAER; a conclusão de cerca de 30 Centros Escolares de Educação Profissional, financiados pelo PROEP; o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, a partir das Diretrizes Curriculares já estabelecidas em 2002.

Este Programa tem como objetivo principal implementar a Reforma da Educação Profissional, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, promulgada em 1996, propondo mudanças emblemáticas na grande virada de qualidade e universalização da educação a ser construída no Brasil.

## Concepção

Essa modalidade de ensino é estratégica para a competitividade e para o desenvolvimento humano. Assim, desde 1997, o Ministério da Educação vem comandando uma forte política para reformar a Educação Profissional, determinando sua melhoria e expansão, sintonizadas com as demandas do setor produtivo e com as necessidades de desenvolvimento do País, da sociedade e dos cidadãos.

A primeira grande mudança é que a Educação Profissional desvinculou-se do antigo ensino de segundo grau, passando a ser complementar à formação básica, isto é, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. Temos hoje no Brasil a educação profissional muito mais voltada para a realidade do mercado e em sintonia com o mundo do trabalho.

Desmembrada do ensino médio, a Educação Profissional passou a contar com cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho - locais e regionais. Hoje, a educação profissional está estruturada em três níveis: Básico, independente de qualquer escolaridade anterior; Técnico, simultâneo ou posterior ao ensino médio; e Tecnológico, pós-médio superior. A estrutura curricular em módulos permite ao aluno fazer vários cursos de curta duração, em diferentes momentos de sua vida profissional, e apresenta conteúdos flexíveis que levam em conta as preferências dos estudantes. Com identidade própria, a Educação Profissional vem atraindo jovens que desejam, verdadeiramente, atuar como profissionais de nível médio.

Para consolidar a nova educação profissional, o Ministério da Educação promoveu uma intensa mobilização dos setores envolvidos, obtendo resultados significativos, nesse movimento: a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e do Sistema Nacional de Educação Tecnológica; o estabelecimento de funções estratégicas de fomento, ensino, pesquisa e desenvolvimento da educação profissional, por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das escolas pertencentes à rede federal de ensino; a implantação de programa com a finalidade de promover a melhoria e a expansão da educação profissional; a publicação de referências curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico; e a captação de recursos financeiros complementares aos nacionais, para expansão e melhoria da educação profissional.

## Implementação

Já em 1999, quando foi realizado o 1º Censo da Educação Profissional, obtiveram-se elementos que atestam os efeitos desse novo modelo educacional. Verificou-se que 3.948 instituições - escolas técnicas federais, estaduais e municipais e estabelecimentos privados de ensino - já ofereciam, naquele ano, cursos básicos, técnicos e tecnológicos no País. Mesmo considerando o caráter espontâneo do censo e que, assim, os dados podem estar subestimados, foram contabilizados 2,8 milhões de estudantes matriculados, estando a maior concentração no Nível Básico - cursos de curta duração -, com 71,5% das matrículas, seguido daqueles inseridos nos Níveis Técnico e Tecnológico, com participações respectivas de 25% e 3,4%.

A maioria das Ações deste Programa se desenvolve de forma descentralizada, ocasionando uma série de impasses e dificuldades de parte das diversas Unidades Gestoras, gerando, sem dúvidas, a necessidade de que as mesmas sejam mais bem preparadas para que o desenvolvimento das atividades seja facilitado.

O estabelecimento de parcerias com o setor produtivo para a implantação de Centros de Educação Profissional é um ótimo exemplo de estratégia bem sucedida no Programa. O segmento comunitário, que no marco inicial da política de Educação Profissional, representava o maior desafio do Proep, por seu caráter de ineditismo, apresentou um resultado muito satisfatório. O investimento nesse segmento não se refere apenas à criação de escolas particulares direcionadas para a Educação Profissional, mas sim de estabelecer associações entre o setor público e segmentos do setor produtivo da economia, em que o primeiro financia a criação, expansão ou modernização, total ou parcial das instituições, e o segundo se incumbem de administrá-las e de responder pelos custos decorrentes. O Programa já recebeu deste segmento o pleito de 950 instituições, das quais foram atendidas até o momento 132, estando em análise, reformulação e/ou identificadas, atualmente 140 Cartas-Consulta. Neste segmento já se conta com trinta escolas inauguradas, com um investimento da ordem de R\$ 71 milhões.

As ações que têm execução direta, pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Semtec/MEC, têm obtido execução que varia entre 60% e 70% do orçamento publicado, considerando-se, neste cálculo, que houve, em algumas ocasiões, a necessidade de contingenciar parte do valor destas ações.

As ações do chamado Orçamento de Outros Custeios e Capital têm tido, ao longo do PPA 2000/2003, cerca de 100% de execução, uma vez que se tratam de recursos utilizados diretamente no funcionamento das escolas da Rede Federal, na assistência aos seus alunos e na modernização de sua infra-estrutura.

Nas Ações que são especificamente para as atividades do Proep, houve, em diversos exercícios, a redução/contingenciamento de seus recursos e, neste período do PPA 2000/2003, o Programa teve que enfrentar diversas dificuldades que implicaram diretamente no nível de execução de suas ações, tais como:

- limitações impostas pela Lei Eleitoral, proibindo a União de transferir recursos para os Estados e Municípios, por determinado tempo antes e depois da data da eleição, em 2000 e em 2002;
- contingenciamento dos recursos do MTE, não liberando parte dos créditos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, em 2000, 2001 e 2002;
- o fluxo de liberação dos recursos financeiros totalmente irregular, no período de 2002, considerando as restrições de ordem orçamentária e financeira impostas por ajustes na política econômica do Governo Federal, etc.

Mesmo assim, a média de execução de 2000 e 2001 é de 75% do Orçamento liberado, e, em 2002, esta média foi superior, dado ao volume de atividades do Programa, executadas no exercício.

Afora o Programa ter um excelente controle da execução orçamentária e financeira, a educação profissional brasileira, de um modo geral, ainda tem poucos meios de aferir a satisfação de seus beneficiários, uma vez que não foram estabelecidas políticas continuadas para tal fim, no MEC. Todavia, já foram aplicadas algumas ferramentas, tal como Censo, realizado em todos os níveis, a primeira vez em 1999, devendo ser colocado como atividade contínua, em breve, e, sua verificação no nível técnico, que vem sendo inserido no Censo Escolar, realizado pelo INEP, que vêm dando indicações dos rumos que a Educação Profissional está tomando.

Além disso, constantemente estão sendo realizados estudos a fim de estabelecer uma metodologia para avaliar os impactos sociais que a implementação do Proep e, conseqüentemente, da reforma nesta modalidade de ensino, possa proceder no País.

Contudo, mesmo a Semtec/MEC não dispendo de instrumento sistematizado para o acompanhamento físico da execução de suas ações, tendo que obter, por vezes, somente no final do exercício, os dados de algumas das ações deste Programa, especificamente àquelas relacionadas diretamente às instituições federais de ensino e, em alguns casos tendo que coletar informações por meio de procedimentos de acompanhamento *in loco*, no caso daquelas ações do Proep e/ou das instituições federais de ensino, que se tratam de obras e aquisição de equipamentos, há a percepção e a aferição de que são positivos os resultados do Programa. Os próprios órgãos de controle, quando em processos de auditoria regulares, têm-se pronunciado como satisfeitos com o alcance de metas físicas e qualitativas. Obviamente faz-se necessário, ainda, que se aprimore os meios de aferir estes dados/resultados.

Há que se considerar, ainda, que no Proep, conta-se com a parceria do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com aporte de recursos financeiros para a execução de suas ações e com a do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, para o desenvolvimento do Programa Técnico Empreendedor, convergindo para o alcance de um objetivo comum entre ambas as instituições: disseminação da cultura empreendedora.

A participação da sociedade no Programa tem sido fortemente percebida na procura pelos cursos de qualificação e de requalificação, na busca legítima de seus direitos relativos ao acesso à Educação Profissional, bem como junto a órgãos públicos e privados, em pleitos que lhes garantam isso.

Além disso, as Escolas têm podido contar, inclusive com conselhos formados por representantes de diversos segmentos, atuando junto a elas, a exemplo do próprio Proep, que tem, em sua estrutura operacional, um Conselho Diretor estabelecido, que conta com representantes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tanto do lado do Empregador quanto do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e do próprio MEC.

Esta participação é, claramente, resultado do que a Lei Federal nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, proporcionou, corrigindo as falsas expectativas em relação à Educação Profissional criada pelas legislações anteriores, dispendo que "a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

Tendo, com esta concepção, superado diante da sociedade, os enfoques assistencialista e economicista desta modalidade de ensino, bem como o preconceito social que a desvalorizava, reforçando/garantindo, a ela, o direito à profissionalização, preconizado pela Constituição Federal, tanto ao aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, quanto ao trabalhador em geral.

As restrições orçamentárias e financeiras ocorridas no exercício de 2002 diminuíram o ritmo de investimento que o Programa estava imprimindo e inviabilizou, inclusive, o cumprimento de metas negociadas junto à Seain/MP e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, quando do processo de prorrogação da vigência do contrato de empréstimo, que financia parte das ações do Programa em questão, bem como inviabilizou, ainda, a execução de ações previstas nas escolas da rede. Só nas ações do Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep, houve o corte orçamentário da Fonte 2180 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que descentralização orçamentária e financeiramente apenas R\$ 20 milhões, dos R\$ 50 milhões aprovados no Orçamento (Portaria Interministerial publicada em 18/06/2002); o fluxo irregular na liberação dos recursos financeiros das Fontes 2100 e 2112 - Ministério da Educação - MEC e Fonte 0148 - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo sido liberados apenas R\$ 74 milhões, dos R\$ 162 milhões (R\$ 82,6 milhões aprovados no Orçamento 2002 e R\$ 79,4 milhões inscritos em Restos a Pagar de 2001).

Este cenário tende a ser agravado com a redução do orçamento de 2003, que só das ações do Proep foi da ordem de 71,7% sobre o montante inicialmente previsto, isto é, foram solicitados R\$ 230 milhões e na Lei Orçamentária aprovada no Congresso Nacional consta apenas R\$ 73,5 milhões, em todas as fontes de financiamento.

As conseqüências da falta de orçamento podem ser diversas, entre as quais: paralisação de projetos em andamento (obras contratadas); impossibilidade de dar continuidade em processos para aquisição de equipamentos; impedimento para realizar novas licitações; impedimento para iniciar projetos já conveniados; e pagamento de taxa de compromisso sobre o montante não desembolsado pelo BID (0,75% ao ano).

## Desenvolvimento do Ensino de Graduação

### Resultados

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

Neste cenário, a demanda da sociedade é mais contundente, exigindo cada vez mais do poder público uma crescente oferta de cursos e de qualidade. E neste caso é bastante simples medir o público-alvo, pois são: alunos matriculados nas instituições de ensino superior.

O problema está no mecanismo ideal que possibilite a captação dos recursos financeiros necessários à melhoria e qualificação do corpo docente e discente, à modernização de seus laboratórios de ensino e de suas bibliotecas, e ao desenvolvimento de novas tecnologias científicas, além de oferecer assistência ao educando.

O financiamento adequado para as instituições federais de ensino superior representa o maior desafio para o programa. Os custos são sabidamente altos, porém os resultados vêm melhorando a cada ano, com uma maior otimização do uso da infra-estrutura existente.

Podem ser destacados os principais resultados do Programa:

- Otimização da capacidade instalada nas instituições de ensino superior, através da oferta de novos cursos noturnos e a distância, nas áreas de ciências biológicas, matemática, física e pedagogia, entre outros.
- Ampliação da oferta de vagas, como forma de absorver o aumento dos egressos da Educação Básica.
- Aprimoramento do ensino através de avaliações sistemáticas do aluno (Provão) e das instituições (avaliação de desempenho de cursos, credenciamento e credenciamento), estimulando a excelência na formação oferecida aos alunos.
- Evolução da qualificação dos docentes das instituições federais de ensino superior, com a continuidade, em 2002, da exigência de professores com pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).
- Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito - Fies: foram assinados no primeiro semestre de 2002, 31.026 contratos novos e, no ano de 2002, aditados 224.667 contratos
- Funcionamento de Cursos de Graduação: inclui a folha de pagamento e os recursos para Outros Custeios e Capital - OCC. A execução, exceto a relativa à folha de pagamento, tem sido prejudicada no decorrer de 2002, pelos constantes atrasos nos repasses dos duodécimos às instituições. Foi aprovada emenda de complementação de custeio no valor de R\$ 90 milhões, liberados ao final do exercício. Como os recursos são passados através de convênios, fica difícil a execução normal na medida em que complementação de custeio deve se dar ao longo do ano e não no último mês do ano.

**Gerente:**

**José Luiz da Silva Valente**

- Implantação da Fundação Universidade Federal de Tocantins: os recursos estão sendo utilizados através da Fundação Universidade de Brasília que, por Decreto Presidencial, ficou com a responsabilidade por sua implantação. Estão sendo executados trezentos concursos de professores, sendo cem com exigência de titulação mínima de doutor e duzentos com titulação mínima de mestre, além da aquisição de equipamentos necessários ao pleno funcionamento da nova Universidade. Não estão sendo utilizados recursos de pessoal, na medida em que os concursados só assumirão em 2003.
- Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a Secretaria de Educação Superior vem repassando recursos para atendimento de um programa de modernização da gestão acadêmica. Em 2002 esse valor atingiu o montante de R\$ 12,5 milhões, além do atendimento de situações emergenciais.
- Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino: certamente o esforço na formação de recursos humanos deve ser acompanhado pela necessária infra-estrutura, que compreende, entre outros, bibliotecas de qualidade, laboratórios equipados, salas apropriadas para um ensino renovado e recursos de informática. A este fim destina-se o projeto de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino, de abrangência nacional, ou seja, beneficia todas as instituições federais de ensino superior e todos os hospitais de ensino, tomando-se por base para o atendimento, os pleitos apresentados pelas respectivas instituições. Em 2001, o projeto foi contemplado com R\$ 273.947 mil, entre recursos do tesouro e financiamentos externos. E, no ano de 2002, houve um pedido de suplementação orçamentária, não aprovado, no valor R\$ 194 milhões.
- Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior - Pet: foram pagos R\$ 8 milhões para os alunos bolsistas, perfazendo um total de 2.759 estudantes beneficiados.

Os dias atuais recolocam o papel do ensino em geral e da universidade em particular, em uma crescente demanda por este nível de ensino. E para que se possa competir em um mundo globalizado, faz-se necessário um investimento pesado na elaboração/aplicação de instrumentos de mensuração dos mais variados aspectos ligados à qualidade de ensino superior brasileiro.

Baseado neste cenário, os índices alcançados foram razoáveis, pois o controle efetivo na busca do aumento de alunos matriculados em um ensino de qualidade, vai ao encontro de outras medidas já adotadas.

Espera-se que 2003 possa trazer o final da entrega dos equipamentos do Programa de Modernização e Qualificação da Educação Superior. Ainda resta um conjunto grande de equipamentos para ser entregue às Instituições Federais de Ensino Superior. A autorização de novos concursos tanto para docentes como para técnicos-administrativos é indispensável para a sobrevivência das instituições em 2003. Com eles também será possível atingir a meta de 85% dos docentes com titulação de mestres e/ou doutores nas instituições federais de ensino superior. A obrigatoriedade de contratação preferencial para docentes com mais titulação, certamente deverá contribuir de maneira significativa para o atingimento da meta. É importante que os recursos do fundo de infra-estrutura se voltem na direção das instituições federais de ensino superior. Eles representam o único meio de transformação, renovação e reaparelhamento destas instituições.

## Concepção

De modo geral, o Programa tem se mostrado capaz de expandir a oferta de cursos no ensino superior. Entretanto, os resultados parecem aquém do ponto de vista qualitativo e de eficiência. É bem estruturado, mostrando coerência no conjunto de ações, que têm metas físicas suficientes para o alcance dos objetivos. Ainda, possui indicadores adequados e é voltado para um público-alvo identificado, com uma estratégia de execução correta.

Entretanto, há que ser considerado que as ações que compreendem o Programa devam ser mais bem regionalizadas. Além disso, algumas ações são amplas e genéricas, precisando ser mais bem definidas.

## Implementação

Neste período, muitos avanços foram alcançados, conforme números já explicitados nos resultados, mas há grandes dificuldades na implementação de um programa que pretende ser um acompanhamento do funcionamento das instituições de ensino superior. A execução é totalmente descentralizada e não há subordinação hierárquica que obrigue as instituições a informar cada meta executada. Seria o caso de normatização específica.

Ainda, o financiamento adequado para as instituições federais de ensino superior representa o maior desafio para o programa. Os custos são sabidamente altos, porém os resultados vêm melhorando a cada ano, com uma maior otimização do uso da infra-estrutura existente.

Sem dúvida a criação do banco de dados para as instituições federais de ensino superior e hospitais com informações refinadas, é o que permitiu a implantação e acompanhamento de uma política de desenvolvimento, tanto gerencial como financeira, bem como um maior controle e sistematização do trabalho em nível nacional sem, no entanto, perder a visão particular e atender para as peculiaridades individuais de cada uma das unidades.

A capacitação ocorreu em diversos níveis, que perpassa pelos atores que atuam não como um órgão fiscalizador e sim indutor, e por meio das instituições federais de ensino superior com o incentivo a programas desta natureza. Faz-se importante mencionar o trabalho conjunto que existe por parte das comissões de especialistas, e toda a metodologia desenvolvida para avaliação dos cursos. Ainda, as verificações *in loco* que permitem avaliar mais pontualmente as dificuldades e com isto permitir trocas de experiências.

A capacitação das equipes responsáveis evoluiu neste período principalmente no que tange aos indicadores contidos na matriz de distribuição de recursos das instituições federais de ensino superior, resultando em um melhor desempenho de quase todas elas. E, se for considerado que a capacitação leva em conta o aumento do acesso às universidades federais, diminuição do tempo gasto para a obtenção da graduação e aumento do número de graduados, estando todos ligados às condições de ofertas dos cursos de graduação, o saldo é positivo.

## Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

**Resultados** Nos últimos anos, verificou-se um crescimento expressivo na eficiência da pós-graduação, que formou, em 2000, 96% mais mestres e 110% mais doutores do que em 1995. Isso se deve, basicamente, à redução dos tempos médios de titulação e à expansão do sistema nacional de pós-graduação, com a criação de novos cursos.

O número global de bolsas de mestrado e de doutorado manteve-se inalterado no período de 1995/2002, com o crescimento da participação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, considerando a distribuição entre as agências federais. A manutenção desses níveis traduz-se em uma diminuição do atendimento do sistema. O mestrado, passou de 37% de bolsas para os alunos matriculados e titulados, em 1995, para menos de 19% projetados em 2002.

No doutorado, os números são 46%, em 1995, para 34% projetados em 2002. A mesma análise com as mesmas conclusões pode ser feita com relação aos recursos destinados ao custeio das atividades de pós-graduação.

Essa situação ganhou contornos dramáticos no primeiro semestre de 2002. No ano de 2001, foram recomendados, pelo Conselho Técnico Científico da Capes, 104 cursos de mestrado e 44 de doutorado que não foram apoiados e que, portanto, não puderam funcionar pela ausência de recursos. Cabe ressaltar que metade desses cursos encontra-se fora da Região Sudeste.

O orçamento disponível na Capes, por sua vez, não permite mais repriorizações para o atendimento desses cursos. Isso já foi feito, ao longo dos últimos anos, inclusive com a extinção de diversos programas, o que permitiu a ampliação do número de bolsas na Capes, em que pese a manutenção dos níveis orçamentários da agência.

É importante registrar que, nesse intervalo de tempo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq vem demonstrando, por medidas concretas, que o sistema de pós-graduação deixa progressivamente de ser referência para suas políticas de fomento. O CNPq, já há vários anos, suspendeu a transferência de recursos para os programas de pós-graduação na forma de taxas acadêmicas; suspendeu a concessão de bolsas para cursos novos e reduziu em números absolutos as bolsas de mestrado e doutorado concedidas, em favor de outras modalidades de fomento, priorizadas por aquela agência e isso ampliou enormemente a responsabilidade da Capes no apoio à pós-graduação.

**Gerente:**

**Luiz Alberto Horta Barbosa**

Os programas de bolsas de mestrado e doutorado da Capes são, hoje, os instrumentos fundamentais da política de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. O papel que desempenham é decisivo para a mobilização dos melhores talentos para esse nível de formação e para assegurar, aos alunos selecionados, condições para que possam se dedicar a seus projetos de estudos.

A preservação desse ritmo de desenvolvimento na pós-graduação estava, porém, ameaçada, devido a três fatores:

- Congelamento, desde 1995, dos valores das bolsas que, por serem hoje insuficientes para a manutenção dos bolsistas, tem reduzido seu poder de atração sobre os melhores alunos;
- Contenção do número de bolsas das agências; e
- Redução do apoio à manutenção dos cursos.

Assim, foram tomadas medidas emergenciais para, ainda no segundo semestre de 2002:

- apoiar os 166 cursos de mestrado e os 64 cursos de doutorado recomendados para funcionamento pelo Conselho Técnico Científico da Capes, entre 1998 e janeiro de 2002;
- cobrir o corte de bolsas do CNPq no sistema de pós-graduação; e
- realizar ajuste de custeio para os cursos de excelência, com notas 6 e 7.

As três medidas resultaram na edição de um crédito suplementar de R\$ 12.268.027,00 ao orçamento da Capes, aprovado em junho de 2002, possibilitando um acréscimo de 972 bolsas de mestrado e 336 de doutorado.

Embora este Programa necessite de aperfeiçoamentos em seus atributos, os produtos gerados, no conjunto das ações que o compõem, adequam-se às características do Sistema Nacional de Pós-Graduação, possíveis mudanças nessas caracterizações poderão advir de novas ações ou mesmo de revisões conceituais nas políticas públicas nacionais.

Cabe destacar entre os produtos gerados pelo programa, o processo de digitalização de documentos históricos da Capes, conseqüentemente da pós-graduação brasileira, conforme detalhado no item que trata das melhorias implementadas em 2002.

Ainda, sobre os produtos gerados e no que se refere ao aspecto da transparência desta Agência, foram disponibilizados dois sistemas informatizados da maior importância. O primeiro, estatísticas da pós-graduação, oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação coletadas anualmente junto às instituições de ensino superior públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação permitindo, além da transparência, o material necessário para elaboração de teses e diagnósticos da pós-graduação. O segundo, banco de teses, permite o acesso, via *home page*, de mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001, disseminando os resultados das pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação.

Durante o ano de 2001, quando da realização da avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação, relativa ao período 1998-2000, as comissões de áreas do conhecimento relataram ao final desse processo que, em 2000, foram titulados 18.374 alunos de mestrado e 5.344 alunos de doutorado. Esses dados revelaram um crescimento de 76% relativamente ao número de titulados em 1996. O tempo médio de titulação dos alunos de mestrado caiu para 3,0 anos e para os de doutorado, 4,6 anos.

Segundo os dados apurados em 2002, constata-se grande avanço no sentido da redução do tempo médio anual de titulação de mestrado para 2,7 e no doutorado em 4,3. Foram titulados 19.986 alunos de mestrado e 6.042 do doutorado, podendo-se afirmar que houve um significativo crescimento do número de alunos titulados em relação ao ano anterior, cuja taxa atingiu 8,8% para o mestrado e de 11% para o Doutorado. Se comparado com o número de alunos titulados em 1996, percebe-se que houve uma expansão de aproximadamente 93%.

Entre os indicadores de produtividade dos programas de pós-graduação, destacam-se os indicadores Tempo Médio de Formação no Mestrado e no Doutorado, que até o ano de 1997 apresentavam os índices de 3,86 e 5,95, respectivamente. Após a implementação de algumas políticas como: a concessão de auxílios integrados para melhoria de infra-estrutura das IES; a adoção de critérios baseados no tempo de titulação para distribuição das quotas de bolsas; acesso às publicações internacionais com a implantação do Programa de Apoio à Periódicos; recomendações e sugestões de melhoria do processo seletivo das IES para oferecer aos indivíduos mais capazes o acesso aos programas de pós-graduação; ampliação de intercâmbios com outros países; o contínuo aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação; esses índices começaram a declinar. Já no final de 2000, caíram para 3,45 no mestrado e para 4,89 no doutorado.

A evolução desses índices demonstra que o Programa já atingiu as metas estabelecidas no PPA 2000-2003, que foram de 3 para o mestrado e de 5 para o doutorado.

Desta forma, nota-se que as políticas implementadas pela Capes alcançaram bons resultados, tanto na adequação do Sistema Nacional de Pós-Graduação às transformações da sociedade, quanto ao fortalecimento e aperfeiçoamento do Sistema em suas diferentes dimensões de produtividade e de qualidade.

O indicador: Número-Índice de Mestre e Doutores Titulados em Cursos de Pós-Graduação não foi criado pelo gerente do Programa. A fórmula de cálculo não é apropriada para expressar o resultado esperado do indicador no período 2000-2003, portanto, sugere-se que sejam reformulados os seus atributos, tendo por base o número ideal de pessoas a serem qualificadas por ano e o tempo necessário para atender as demandas de formação de recursos humanos pós-graduados pela sociedade brasileira.

O indicador: Taxa de Bolsistas na Pós-Graduação no Brasil e no Exterior não foi criado pelo gerente do Programa. Não é aplicável, não possui representatividade na pós-graduação, razão pela qual sugere-se que seja suprimido do PPA, conforme foi pedido anteriormente à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - SPO/MEC.

As condições básicas necessárias para a programação de financiamento das ações desenvolvidas pela Capes encontram respaldo no campo da Administração Orçamentária e Financeira, portanto, no que se refere à gestão orçamentária e financeira, ela busca essencialmente garantir a continuidade dos fluxos de recursos necessários ao cumprimento das tarefas inerentes à execução das ações sob sua responsabilidade, sem desconsiderar, contudo, as dificuldades e os vários desafios que se apresentaram nos três últimos anos.

Nos últimos seis anos, a Capes vem intensificando o desenvolvimento de políticas de pós-graduação socialmente relevantes para aprimorar o Programa. Entre as melhorias implementadas pode-se destacar:

#### Em 2000

- A Capes aperfeiçoou o processo de seleção de bolsistas para o Programa de Bolsas no Exterior, o qual tem a finalidade de formar recursos humanos altamente qualificados nos diversos níveis para atender às necessidades do País, bem como promover a internacionalização da cultura brasileira e o intercâmbio de pesquisadores nacionais com os de outros países. Foram mantidas, durante o ano, um total médio de 1499 bolsas, mediante a implantação de 760 bolsas de doutorado pleno, 308 de doutorado-sanduíche, 11 de mestrado e 246 bolsas de graduação-sanduíche.
- O Programa de Bolsas no País: o Programa de Demanda Social que tem como finalidade a capacitação de pessoal nos Programas de pós-graduação nas IES brasileiras, atendeu a uma demanda espontânea de um número médio de bolsas num total de 10.142 bolsas, sendo 2.944 de doutorado e 7.198 de mestrado beneficiando 95 instituições de ensino superior.
- Quanto ao fomento aos programas de pós-graduação, destacamos: o Programa de aquisição de periódicos - PAAP, que, em novembro de 2000, foi lançado o Portal de Periódicos Eletrônicos. Este instrumento viabiliza o acesso eletrônico ao conteúdo integral de periódicos internacionais beneficiando a comunidade acadêmica e as instituições de ensino superior.

#### Em 2001

- Foi realizada pela Capes a avaliação trienal dos programas de Pós-Graduação. Foram avaliados 1.545 programas com um total de 2.352 cursos, sendo 1511 de mestrado e 846 de doutorado. O número de alunos matriculados totalizou 96.618 alunos, entre estes 63.614 em cursos de mestrado e 33.004 em cursos de doutorado. O número de bolsistas integrantes do sistema em 2001 foi de 23.828 alunos e atingiu uma taxa de aproximadamente 25% do total de alunos.

A preparação deste processo avaliativo envolveu vários procedimentos, entre os quais se destacam: nos anos que antecedem a realização da avaliação são aprimorados os instrumentos e os procedimentos necessários ao acompanhamento anual dos programas por parte da Capes; definição de parâmetros e critérios de avaliação de cada área, respeitando as diretrizes e referenciais da grande área do conhecimento; o ajustamento do Sistema Coleta-CAPES, pelo qual as IES enviam os dados dos programas que subsidiam a análise das Comissões de Avaliação para emissão de conceito referente a cada curso.

#### Em 2002

- O processo de digitalização fará com que a Capes ingresse em uma nova era, possibilitando a racionalização de espaços, transparência, padronização de informações e agilidade na busca de informações relativas ao banco de dados dos sistemas de Avaliação da Pós-Graduação, de Bolsas e de Fomento, encerrando, definitivamente, com o processo moroso, ultrapassado e dispendioso da microfilmagem de seus documentos e de sua história, melhorando a gerenciamento das informações de caráter histórico-institucionais.
- De natureza estratégica, a Capes está transformando o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT para um novo modelo de apoio a missões de estudo e de trabalho voltado à formação de

docentes de instituições públicas de ensino superior; vinculado a projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes instituições.

- De caráter estratégico, no campo da informática a Capes desenvolveu e disponibilizou, em fevereiro, dois sistemas da maior importância para a visibilidade de suas ações. O primeiro, estatísticas da pós-graduação, oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação coletadas anualmente junto às IES públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação. O segundo, banco de teses, permite o acesso via *home page*, de mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001.
- Os referidos sistema já tiveram 87.433 acessos somente nos meses de julho e agosto de 2002, dos quais 7.615 relativos aos resultados de pesquisas estatísticas da pós-graduação e 79.818 referentes aos resumos de teses e dissertações.
- Atualização e modernização da *home page* da Capes e, ainda, do portal de periódicos, ambos mantidos na rede mundial de computadores, mecanismos estratégicos para a divulgação e operacionalização das principais ações desta agência.
- O Programa de Qualificação Institucional - PQI visa promover o desenvolvimento acadêmico das IES públicas através: de estímulo à elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional; da qualificação de docentes e, excepcionalmente, de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e do apoio à políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados. Até 30 de abril, foram apresentadas 274 propostas para o PQI. Das 59 instituições de ensino superior que se candidataram, 39 são federais e 20 estaduais e apresentaram 200 e 74 projetos, respectivamente.
- O Programa de Absorção Temporária de Doutores - ProDoc objetiva promover a inserção de jovens doutores em cursos de pós-graduação no país avaliados pela Capes. Esses doutores deverão exercer atividades de docência e pesquisa, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação; distribuir a cada ano, em bases competitivas, para os programas de pós-graduação avaliados pela Capes, bolsas de pós-doutorado no País com quatro anos de duração. As áreas das Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias serão atendidas nos anos pares. Nos anos ímpares, será a vez das Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas, Letras, Linguística e Artes e Multidisciplinar. No início de novembro de 2002, foram implementadas 128 cotas de bolsas para os projetos selecionados para as áreas cujo atendimento foi previsto para os anos pares e os projetos das áreas previstas para os ímpares serão contemplados após seleção em abril de 2003.

Além de outras medidas, em 2000-2001, a Capes organizou e realizou o Seminário Nacional: Pós-Graduação: Enfrentando Novos Desafios. Participaram deste evento representantes da comunidade acadêmica, professores, estudantes e outros interessados nas questões sobre a pós-graduação em discussão. A expectativa da Capes quanto aos resultados desse seminário foi adicionar mudanças em seus programas de bolsas e de fomento com a colaboração da comunidade científica para elaboração de propostas de aperfeiçoamentos e de sugestões quanto às formas de implementá-las objetivando assim, a implementação de melhorias no sistema nacional de pós-graduação.

No que se refere ao programa de apoio à aquisição de periódicos, espera-se, para 2003, a manutenção das bases já existentes a fim de proporcionar maior acesso por parte do público-alvo (professores, pesquisadores e alunos da pós-graduação, da graduação e a comunidade em geral) que irão, por certo, melhorar substancialmente a produção científica brasileira.

Também é esperado o atendimento a um número maior de bolsistas, por conta do crédito suplementar ocorrido no segundo semestre de 2002, bem como a consolidação dos programas PQI e ProDoc. Há de se ressaltar o impacto causado pela variação cambial, no que tange as bolsas de estudo no exterior, o que demandará crédito suplementar para o próximo exercício.

Outra questão a ser discutida será a necessidade da expansão da pós-graduação que tem registrado um crescimento na ordem de 8% anual, sem que haja o correspondente crescimento orçamentário para atender a essa demanda. Registre-se ainda, que os valores das bolsas de estudo não sofrem reajustes desde 1994 e que, a partir de 1998, as bolsas de estudo não são mais vinculadas aos vencimentos da tabela do professor adjunto da administração federal, este reajustado em 2002 em 17,47%.

---

## ..... **Concepção**

O Programa **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação** começou há 51 anos quando foi criada a Capes. Ele originou-se devido à necessidade do governo criar uma política de formação de recursos humanos de alto nível nas instituições de ensino superior e à busca de maior capacitação científica e tecnológica para enfrentar os desafios nacionais e regionais. Após cinco décadas de existência, encontra-se bem detalhado em suas ações principais, no entanto, a flexibilidade e a dinamicidade do Sistema Nacional de Pós-graduação requerer mudanças futuras a fim de ajustar-se à evolução exigida pelo desenvolvimento do ensino, da ciência e tecnologia nacional e mundial.

Com a edição da Lei de Diretrizes e Bases - LDB passamos a vivenciar uma nova fase no sistema de pós-graduação, a de dar condições para que as instituições de ensino superior pudessem ser instituições multidisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, por meio da capacitação de recursos humanos de alto nível, procurando atender ao mínimo exigido de titulação de mestrado ou doutorado dos quadros universitários, que é de pelo menos um terço do corpo docente.

Hoje, faz-se necessária a elaboração de um Plano Nacional de Pós-Graduação, no qual sejam explicitadas as diretrizes que permitam aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias de acompanhamento e avaliação, a fixação de prioridades e a eficiente alocação de recursos no sistema para assegurar-lhe a eficiência esperada e manter o padrão de qualidade conquistado.

Na avaliação do Programa quanto à sua concepção, destacam-se alguns atributos a serem aperfeiçoados:

- adequação do objetivo ao problema: o objetivo do Programa está adequado para atendimento aos fins a que se propõe. No entanto, faz-se necessário a reformulação de algumas ações que serão objeto de análise para o próximo PPA;
- caracterização do público-alvo: o público-alvo é bastante diversificado quanto às suas características socioeconômicas, especialmente, se considerada a amplitude de atendimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação;

- dimensionamento do público-alvo: a dimensão do público-alvo para atendimento da demanda nacional está bem definida no programa, bem como em suas ações, merecendo apenas uma revisão para o próximo PPA;
- regionalização: pela própria dinâmica do Programa torna-se difícil sua regionalização, já que o aspecto nacional tem maior importância na avaliação do sistema de pós-graduação;
- pertinência das ações: as ações são pertinentes e consistentes, no entanto, considerado o universo de indivíduos e as regiões brasileiras a serem atendidas pelo Programa de **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação**, faz-se necessária a criação de outras ações voltadas para o enfrentamento de desigualdades regionais para que ele possa atingir por meio delas a suficiência em quantidade e qualidade;
- suficiência das ações: faz-se necessária a criação de outras ações, como por exemplo, uma ação voltada para o enfrentamento de desigualdades regionais no que diz respeito a capacitação de recursos humanos qualificados para que o Programa possa atingir a suficiência em quantidade e qualidade;
- suficiência de metas físicas: a maioria das ações tem metas físicas bem quantificadas e demonstram sintonia com o objetivo do programa, mas há a possibilidade de se definir metas mais adequadas, como no caso da ação credenciamento e credenciamento dos cursos de residência médica;
- adequação dos indicadores: dos quatro indicadores que compõem o Programa, somente dois (o tempo médio de formação no mestrado e no doutorado) são adequados. Dos outros dois, um deve ser suprimido do PPA e no outro (número-índice de mestres e doutores titulados em cursos de pós-graduação) deve-se reformular o seu atributo (cálculo) para poder atingir os fins a que se destina; e
- matriz de fontes de financiamento: a matriz de fontes de financiamento é o desafio enfrentado pelos administradores públicos atuais. É claro que devem ser agregadas outras fontes de financiamento para garantir a crescente demanda de bolsas de estudo no País e no exterior e, também, a melhoria dos laboratórios de pesquisa, etc.

Ao analisar a estratégia de implementação do Programa, destacam-se alguns aspectos que necessitam de aperfeiçoamentos:

- organização dos trabalhos no âmbito da gerência: esse ponto, durante as reuniões na ENAP em 2001, foi bastante discutido entre os gestores e assessores do PPA. As principais conclusões levaram ao entendimento comum de que existe ainda, no âmbito dos órgãos, dificuldades de integração entre a gerência do PPA e os demais setores. Esse aspecto foi comum a todos os órgãos envolvidos no PPA. Dentre as principais dificuldades pode-se destacar: Ausência de um fluxo de informações de maneira contínua para alimentação do SIGPlan e também, ausência de programas internos integrados ao PPA;
- organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: melhorar a coleta de informações gerenciais das ações que não estão sob a responsabilidade do gerente;
- forma de articulação com outros ministérios: as principais articulações da Capes têm ocorrido com o Ministério das Relações Exteriores, na implementação e consolidação dos programas de Cooperação e Intercâmbio

Internacional e mais recentemente, por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos para a Área de Relações Internacionais, denominado Santiago Dantas. Outro que merece ser destaque é o Programa de Apoio à Educação a Distância - Paped, que forma profissionais em nível de mestrado e de doutorado. Esta é uma parceria da Capes com a SEED/MEC. Estas articulações são necessárias, devem ser progressivas e melhoradas para que elas possam contribuir de forma efetiva para os parceiros; e

- forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse, etc): aperfeiçoar as normas que regem o assunto, ou seja, melhorar os ditames da IN/STN/01/97, a fim de que possam ser utilizados pelas áreas sociais. A referida Instrução Normativa é mais apropriada para obras e serviços, mas deixa a desejar quando se trata de investimentos sociais, no caso específico, o de bolsas de estudo.

.....  
A execução das ações multissetoriais requer um aperfeiçoamento dos procedimentos ora implantados, a saber: melhorar o fluxo de informações referentes à implementação e aos resultados obtidos em cada ação pelos setores envolvidos; os executores das ações multissetoriais deverão ser informados quanto ao papel do gerente do Programa para que haja uma maior integração entre eles.

## Implementação

Ao se avaliar o padrão de execução financeira do Programa no período 2000-2003, destacam-se, a seguir, algumas divergências entre o planejado e o executado.

Quando da concepção do PPA 2000-2003, havia uma previsão de crescimento orçamentário anual nas principais ações deste Programa, cita-se como exemplo o caso da ação de bolsas de estudo que crescia 6% em 2001, 13% em 2002 e 32% em 2003, em relação a 2000, certamente prevendo o crescimento na área de pós-graduação, entretanto, esses acréscimos orçamentários não ocorreram, ou seja, em 2001 houve decréscimo de 2%; em 2002, houve um acréscimo de 7%; em 2003, há a previsão de um acréscimo de apenas 3%, também em relação ao orçamento de 2000.

No exterior, a manutenção anual dos 1.600 bolsistas previstos na meta do Programa tem um custo de US\$ 33 milhões, já considerando despesas com taxas, auxílios, seguros, etc. Em 2000, a despesa foi estimada ao dólar de R\$ 1,85. Em 2003, a despesa foi estimada ao dólar de R\$ 2,80. Atualmente o dólar oscila em torno de R\$ 3,40.

Para o exercício de 2003, foram solicitadas providências junto ao Ministério do Planejamento para que o teto da proposta orçamentária contemple assegurar recuperação parcial dos níveis de atendimento do sistema de pós-graduação, considerando a projeção de matrículas no sistema para 2003, ou seja, 20% para o mestrado adicional de 3.100 bolsas, e 39% para o doutorado - adicional de 3.700 bolsas, além das 1.308 bolsas pertinentes à suplementação obtida em 2002.

Outra questão relacionada com as bolsas de pós-graduação e pesquisa do Governo Federal, concedidas no país pelas duas agências, Capes e CNPq, diz respeito aos seus valores, congelados desde 1995. Um aumento semelhante ao oferecido aos professores universitários em 2002, 17,47%, resultaria em nova parcela adicional, que para a Capes seria de R\$ 80.134.898,00, já levando em conta o aumento do número de bolsas destacado acima.

A fim de evitar a descontinuidade na Ação Manutenção e Ampliação do Acervo Bibliográfico, é fundamental garantir que a proposta orçamentária do Governo

já contemple, nessa atividade administrada pela Capes, teto de recursos suficiente para a manutenção dos contratos de aquisição de periódicos eletrônicos firmados com as principais editoras internacionais, orçado em US\$ 17 milhões, bem como para a parcela destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para a aquisição de periódicos no formato impresso, estimada em US\$ 5 milhões, totalizando US\$ 22 milhões.

Quando a ação, mesmo que descentralizada, está sob a responsabilidade do gerente e coincide com aquela inerente ao orçamento da Capes, tem um monitoramento satisfatório; como exemplo, citamos o caso da ação concessão de bolsa de estudo que é acompanhada por meio de sistema próprio da Capes (Boletim Estatístico) e disponibilizada à comunidade na *home page* [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Ressalta-se que, o levantamento de dados dos médicos residentes mantidos, são obtidos junto à SPO/MEC, utilizando-se o sistema Siape.

Quanto às demais ações, cujo orçamento estão distribuídas em diversas unidades orçamentárias, o monitoramento tem sido efetuado mediante comunica SIAFI e e-mail que não têm demonstrado eficácia, já que algumas instituições não retornam com as informações precisas ou atrasam o envio delas.

Durante o período de 2000 e 2002, houve capacitação do gerente e de sua equipe, ainda que de forma elementar, quanto ao preenchimento de informações no sistema fornecido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento; e levando-se em consideração que, a cada ano, existem modificações efetuadas no sistema, esses esforços são efetuados geralmente no final de cada exercício, não tendo, portanto, uma continuidade durante o ano seguinte que possa dar maior apoio à equipe envolvida.

Este Programa entende como parceria as próprias instituições de ensino superior que mantêm programas de pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, a Capes tem se utilizado de forma regular, por meio dos consultores, que são pessoas do meio acadêmico, e que são chamadas para proceder ao acompanhamento e a avaliação dos programas de pós-graduação e de apreciar o mérito das solicitações de bolsa ou auxílios a serem concedidos. O Ministério das Relações Exteriores tem sido outro parceiro na implementação e consolidação dos programas na área de cooperação internacional e mais recentemente na concessão de bolsas de estudo para a formação de recursos humanos na área de relações internacionais, cujo programa foi denominado na Capes como Programa Santiago Dantas. Outra parceria que merece ser destacada é a CAPES com a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC que mantêm o programa de Apoio à Educação a Distância - PAPED que forma profissionais em nível de mestrado e doutorado. Pode-se enfatizar, ainda, a participação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, no apoio prestado tanto ao gerente quanto a própria Capes a respeito da execução e elaboração do orçamento para o programa de desenvolvimento da pós-graduação.

Quanto à participação da sociedade (usuário/beneficiário), neste Programa, pode-se afirmar que o sistema de avaliação da pós-graduação só existe pela participação da comunidade acadêmica, ou seja, dos professores e pesquisadores atuantes na pós-graduação brasileira. Há de se ressaltar, também, a atuação destes na emissão de pareceres, quanto ao mérito das concessões de bolsas de estudo para o exterior e na avaliação de programas da Capes, percebe-se que existe participação da sociedade interessada no desenvolvimento e nos resultados da pós-graduação brasileira.

Torna-se evidente essa integração pelo fato de a comunidade acadêmica estar presente na avaliação dos programas de pós-graduação e nas grandes decisões da Capes, por meio do Conselho Técnico Científico e do Conselho Superior da Capes, considerando-se esse fórum permanente altamente qualificado para emitir juízo de valor sobre as ações desenvolvidas junto ao Programa de **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação**.

Além desta ação, em outra (ampliação do acervo bibliográfico) é realizada pesquisa de opinião informatizada, a qual tem apontado boa satisfação dos usuários. Ressalta-se, também, o grande esforço da CAPES no sentido de disponibilizar, via internet, todos os dados estatísticos, as informações históricas os resumos das teses e dissertações produzidas, informações sobre distribuições de bolsas de estudo, informações sobre os programas e outras.

Quanto ao fato de implementar pesquisa de satisfação do usuário no aspecto global da pós-graduação, esse assunto deve ser discutido nas esferas competentes para o próximo PPA.

## Desenvolvimento do Ensino Médio

**Resultados** Os números do ensino médio evidenciam o salto que vem experimentando a educação brasileira. As matrículas no ensino médio regular passaram de pouco menos de cinco milhões de alunos em 1994, para 8,4 milhões em 2001, com um crescimento de 70,5%.

No ensino médio supletivo também se observou um crescimento expressivo, conforme tabela a seguir:

### Ensino Médio (Regular)

Ano	Matrícula	Concluintes
1994	4.936.211	917.298
2001	8.417.007	1.853.343 *
<b>Crescimento 94/2001</b>	70,5%	102%

### Ensino Médio (Supletivo)

Ano	Matrícula	Concluintes
1995	340.046	76.413
2001	1.000.007	380.563*
<b>Crescimento 95/2001</b>	194%	398%

FONTE: MEC/INEP/SEEC (\*)Concluintes referentes ao ano de 2000

O ensino médio regular incorporou 3,5 milhões de novas matrículas desde 1994. O crescimento desta etapa da educação básica foi, em sete anos, o equivalente ao registrado nos quatorze anos anteriores. No período de 1980 - 1994, o sistema havia acrescido apenas 2,1 milhões de matrículas às já existentes.

A distribuição nas matrículas também é digna de registro. As maiores taxas de crescimento, verificadas no período de 1994 a 2001, ocorreram nas Regiões Nordeste, com 98,1%, e Norte, com 93,2%. Isto mostra que estão se reduzindo de forma significativa às diferenças regionais no acesso ao ensino médio.

As mudanças que vêm ocorrendo no setor educacional, desde a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases, são de caráter estrutural e filosófico, cujos resultados só poderão ser mais bem avaliados num espaço de tempo maior do que o proposto neste instrumento. Além disso, estudos e pesquisas demonstram que os resultados de mudanças educacionais levam, em média, cinco anos para produzirem variações significativas nos indicadores educacionais.

De acordo com os dados disponíveis até agora, observa-se que de 1999 para 2000 as taxas de escolarização bruta e de atendimento escolar, tiveram respectivamente o seguinte crescimento: 2,40%, (74,80% para 76,60%) e - 1,80% (84,50% para 83%). Quanto à taxa de escolarização líquida, o crescimento médio observado durante os anos de 1999, 2000 e 2001 foi de 2,60% (1999 - 32,60; 2000 - 33,30% e 2001 - 34,30%) A variação positiva das taxas de escolarização bruta e líquida deve-se, muito provavelmente, a ações anteriores ao PPA vigente, resultantes tanto do Governo Federal quanto dos estaduais e de movimentos espontâneos da própria sociedade, em resposta às exigências do mercado de trabalho por maior e melhor

Gerente:

Maria Beatriz Gomes da Silva

escolarização dos seus trabalhadores; acredita-se que o crescimento negativo da taxa de atendimento deva-se aos ajustes que os governos municipais e estaduais vinham realizando em seus sistemas educacionais, em face das orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as quais apontaram para uma nova organização da Educação Básica, incluindo, pela primeira vez, a oferta obrigatória do Ensino Médio como sua etapa final.

Embora não seja possível avaliar as variações da maior parte desses indicadores para os períodos subsequentes (2001 e 2002) tendo em vista a inexistência de dados oficiais, acredita-se que a tendência de crescimento positivo será observada em todas as taxas (inclusive a de atendimento) uma vez que o governo federal intensificou ainda mais as ações que beneficiam o ensino médio, por meio de transferência de recursos oriundos do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem e do Projeto Alvorada/Desenvolvimento do Ensino Médio. Tais ações têm fortalecido as articulações com os governos estaduais, constitucionalmente responsáveis pela oferta de ensino médio no País, no sentido de ampliar o número de vagas e de promover mudanças curriculares convergentes com os avanços do conhecimento e com as exigências da sociedade moderna.

Quanto à taxa de distorção idade/série, baseada nos dados do Censo Escolar, verifica-se uma variação positiva de 3,5% (54,90% para 53%), apontando para o fato de que mais alunos na faixa etária de 15 a 17 anos, encontram-se freqüentando a série correspondente à sua idade, no ensino médio. Isso se deve a programas de correção do fluxo escolar, já no ensino fundamental cujos resultados vêm se refletindo positivamente no ensino médio. Essa variação provavelmente seria maior se não estivesse ocorrendo o fenômeno do retorno ao ensino médio, de um número cada vez maior de jovens fora dessa faixa etária buscando melhorar seu grau de escolarização.

As ações desenvolvidas permitiram uma expansão da rede de escolas que atendem aos padrões de qualidade exigidos para o funcionamento adequado de uma escola de jovens e jovens adultos e uma mudança de paradigma curricular que vem contribuindo para a melhoria gradativa da aprendizagem dos alunos.

Um produto que impacta no resultado do Programa é a visibilidade que o ensino médio vem tendo junto à comunidade educacional e junto à sociedade em geral. Pode-se dizer que isso é inédito, pois até há bem pouco tempo os olhares dos estudiosos, dos empregadores e dos próprios usuários (pais e alunos), voltavam-se quase que unicamente para o ensino fundamental, visto como a formação mínima necessária para os cidadãos brasileiros. Na medida em que o acesso e a permanência no ensino fundamental vem se concretizando (ainda que muitos passos necessitem ser dados), o nível de exigência por patamares mais altos de escolaridade vem crescendo e, naturalmente, o ensino médio passa a ser um desejo legítimo por parte dos usuários do sistema educacional. Isso explica, em boa parte, o grande crescimento que caracteriza o ensino médio hoje, pressionando os governos estaduais e o governo federal a instituírem políticas e ações que garantam a oferta da última etapa da Educação Básica.

Esse movimento por maior qualificação da população se reflete inclusive no meio empresarial, ONG e em outros órgãos do governo, por meio do estabelecimento de parcerias inovadoras como as que o MEC estabeleceu com o Instituto Itaú Cultural para permitir que os alunos e professores tenham acesso à exposições itinerantes de reproduções artísticas que servirão como contextos pedagógicos para o desenvolvimento curricular, com o Sebrae que objetiva capacitar professores para desenvolver uma cultura empreendedora nas escolas de ensino médio do País ou com ONG que atuam com alternativas de atendimento para grupos socialmente desfavorecidos que queiram ascender ao ensino superior.

Outro produto que merece destaque é a aceitação cada vez maior que o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM vem obtendo junto aos concluintes do ensino médio que desejam continuar seus estudos, pois o mesmo vem sendo adotado por quase 400 Instituições de Ensino como um dos critérios para ingresso nos cursos superiores.

Para 2003 espera-se que o Projeto de Investimento do Estado do Rio de Janeiro seja concluído, permitindo a celebração dos primeiros convênios e a conseqüente transferência de recursos para a melhoria e expansão do Ensino Médio naquele estado. Estima-se, também que as ações de capacitação dos Subprogramas "A" (Projetos de Investimento das Unidades da Federação) e "B" (Políticas e programas nacionais) do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem dupliquem o número de gestores (escolas e sistema) e de professores das diferentes áreas de conhecimento do Ensino Médio, fortalecendo as secretarias de educação e as escolas e melhorando os resultados da aprendizagem dos alunos.

### Concepção

A universalização do acesso e a correção do fluxo escolar no ensino fundamental, bem como o retorno de milhares de trabalhadores à escola, por exigências do mercado de trabalho, levaram a uma extraordinária expansão da demanda pelo ensino médio. De meio exclusivo de preparação das elites para o acesso à educação superior, o ensino médio tornou-se a base da formação dos brasileiros. Uma série de mudanças em andamento desde 1995 vem preparando o ensino médio para o exercício desse papel.

A explosão que vem caracterizando o ensino médio, levou o Governo Federal a buscar recursos externos para apoiar as Unidades da Federação no atendimento à crescente demanda e na melhoria da qualidade do ensino ofertado, por meio do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem, uma vez que a Constituição determina que cabe aos estados e ao Distrito Federal a responsabilidade pela oferta de ensino médio no País. Dessa forma, o Governo brasileiro assinou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em outubro de 2000, contrato de empréstimo no valor de 1 bilhão de dólares norte-americanos (500 milhões do BID e 500 milhões de contrapartida nacional, sendo 50 milhões do Tesouro Nacional e 450 milhões dos estados e DF), para as duas fases do Programa. A primeira fase, em andamento até dezembro de 2003, conta com recursos da ordem de 250 milhões de dólares norte americanos, sendo 250 milhões do BID e 250 milhões de contrapartida nacional, dos quais 25 milhões provêm da União e os demais das UF (Contrato de Empréstimo nº 1225/OC-BR).

Além do Projeto Escola Jovem, o ensino médio contou, em 2002, com R\$ 400 milhões, oriundos da ação Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio, integrante do Projeto Alvorada, para treze estados de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

### Implementação

A avaliação do Programa vem se efetivando por meio do acompanhamento *in loco* mas, reconhecem-se as limitações desse método e, por isso, já está sendo implantado um sistema informatizado de avaliação que permitirá um registro mais preciso e em tempo real de sua execução.

Quanto às dificuldades encontradas ao longo dos exercícios de 2000/2002:

- Contingenciamento de recursos orçamentários.
- Rotatividade de gestores estaduais e respectivas equipes técnicas.
- Despreparo das equipes técnicas dos Estados.

Quanto às oportunidades encontradas ao longo dos exercícios de 2000/2002:

- Desenvolvimento de uma política central capaz de referenciar e subsidiar os Estados na implementação de políticas locais para a expansão e melhoria do ensino médio.
- Maior articulação entre a União e as UF na implementação da reforma do ensino médio, iniciada com a promulgação da LDB.

Os índices projetados no PPA para 2003 refletem uma realidade educacional difícil de ser alcançada, no que se refere às taxas de Escolarização Líquida e de Distorção idade/série uma vez que a reforma iniciada logo após a promulgação da LDB, alterou profundamente a estrutura do sistema educacional e a concepção de conhecimento e, portanto, de currículo da educação básica. Isso trouxe implicações diretas não só na aprendizagem dos alunos, mas também, na atuação dos professores em serviço que passaram a sentir necessidade de atualização permanente para se apropriarem dos novos conceitos e metodologias decorrentes do novo modelo educacional.

Para que os índices projetados pudessem ser alcançados seria necessário um crescimento médio anual de 8% para a taxa de Escolarização Líquida e um decréscimo de 4,5% em média ao ano, para a taxa de Distorção idade/série. No entanto, o observado, nos três últimos anos, foi um crescimento médio anual de somente 2,60% para a líquida e um decréscimo inferior a 0,10% para a de Distorção idade/série.

Em relação às taxas de escolarização bruta e de atendimento escolar é mais provável o alcance dos índices previstos em face do significativo o crescimento observado nos últimos três anos.

As taxas para as quais se sugere alteração, são as que refletem os resultados da qualidade do ensino ofertado. No caso da primeira, consideram-se somente os alunos que estão matriculados no ensino médio em idade escolar própria (15 a 17 anos), ou seja, aqueles que tiveram uma trajetória escolar sem reprovações, repetências ou evasões. No caso da segunda, consideram-se somente alunos fora da idade escolar própria para o ensino médio, e cujo atendimento necessita de ações diferenciadas, pois em geral, são trabalhadores que freqüentam o ensino noturno e que trazem marcas de sucessivos fracassos escolares. Portanto, os índices alcançados até o presente momento, indicam que alguma deficiência está ocorrendo já no ensino fundamental, início da vida escolar dos alunos, com prejuízos profundos para a normalidade do fluxo escolar. Assim, são poucos os que chegam ao ensino médio sem o estigma do fracasso escolar e, portanto, na faixa etária adequada. Da mesma forma, o retardamento ou a retenção no ensino fundamental, obriga muitos jovens a se inserirem de imediato no mercado de trabalho, deixando a continuidade dos estudos para outro momento, em face da necessidade de contribuírem com a renda familiar. Além disso, o problema persiste também no ensino médio, evidenciando, portanto, uma reincidência na falta de qualidade do ensino ofertado, seja por equívocos de concepção ou de métodos pedagógicos. Essa situação aponta claramente para o acerto das políticas de capacitação ou de formação continuada dos professores em serviço, assim como aponta para a necessidade urgente da revisão da formação inicial de professores. Por tais razões é preciso considerar que para o alcance dos indicadores previstos para o final do PPA vigente será necessário um tempo maior para que as políticas federais e estaduais de capacitação docente produzam efeitos melhores dos que vem ocorrendo até agora na aprendizagem dos alunos.

Considerando que o público-alvo do Programa são os alunos matriculados e considerando ainda o crescimento positivo das matrículas nos três últimos anos informados (1999: 7.769.179; 2000: 8.192.948 e 2001: 8.398.008), bem como o aumento dos estabelecimentos de ensino que oferecem ensino médio (1999: 18.603; 2000: 19.456; e 2001: 20.220), pode-se afirmar que não existem aspectos negativos quanto ao atendimento da demanda, apesar da baixa execução física por parte das unidades da Federação. O que pode ocorrer muitas vezes em decorrência da baixa execução física, são prejuízos na qualidade do ensino ofertado, em face da demora na execução dos programas de capacitação de professores e na implementação da infra-estrutura (aquisição de laboratórios, acervo bibliográfico e materiais didáticos em geral, reformas e recuperações de escolas). É para minimizar tal situação que a Semtec/MEC vem implementando junto às coordenações de ensino médio das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, ações como a formação de uma rede de capacitadores e a distribuição às escolas de materiais impressos e audiovisuais, baseados nos princípios da reforma curricular em andamento. Esta rede de capacitadores vem sendo formada por meio de teleconferências, seminários, oficinas, fóruns regionais e nacionais, cursos e programas televisivos em canal próprio do MEC (TV-Escola).

No que se refere especificamente às possíveis conseqüências da proposta orçamentária para 2003 é provável que a execução de algumas ações do programa fiquem comprometidas por falta de recursos, pois dos R\$ 189 milhões solicitados pelo subprograma "A" do Projeto de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Escola Jovem, somente R\$ 64 milhões foram concedidos.

A gerência do Programa está organizada em coordenações responsáveis pela execução dos subprogramas "A" e "B" do Projeto Escola Jovem e do Programa de **Desenvolvimento do Ensino Médio** - Projeto Alvorada. No entanto tais coordenações carecem de maior espaço físico e de recursos humanos qualificados e pertencentes ao quadro de servidores permanentes do MEC. A alternativa tem sido contratar consultores que nem sempre correspondem ao currículo apresentado e que precisam ser substituídos ao longo do processo, gerando uma alternância que acaba por retardar atividades em desenvolvimento.

A exemplo do que ocorre no âmbito federal, as unidades descentralizadas (secretarias de educação das unidades da Federação) carecem de recursos humanos qualificados e com dedicação exclusiva aos Projetos de Investimento locais, com o agravante de que, havendo troca de dirigentes nas unidades da Federação, o que é bastante comum, as equipes técnicas tendem a ser substituídas, trazendo prejuízos à execução das ações.

Os executores são coordenados e acompanhados por consultores contratados e treinados pelo MEC, com recursos do Programa, mas devido a insuficiência daqueles e/ou a pouca experiência com execução de projetos demandam um tempo maior do que o previsto na capacitação para que possam realizar suas atividades com maior eficácia.

O público-alvo do Programa (alunos matriculados) vem participando gradativamente de algumas atividades do subprograma de Políticas Nacionais do Projeto Escola Jovem (subprograma "B"), mas considera-se que sua participação precisa ser institucionalizada pelos governos estaduais por meio de conselhos de alunos ou outros mecanismos com poder deliberativo, inclusive nas questões curriculares.

Embora capacitadas periodicamente as equipes que executam os Projetos de Investimento dos Estados demandam um tempo extra para sua qualificação, em face das constantes trocas de pessoal técnico e ao acúmulo de tarefas por parte daquelas que pertencem ao quadro de pessoal permanente das secretarias de educação de muitas unidades da Federação.

Cabe destacar ainda que, via de regra, o pessoal técnico permanente não possui dedicação exclusiva à execução dos projetos de investimento de seus respectivos estados e, em vários casos, situam-se mais no plano político-institucional do que no plano técnico-operacional, demandando *feedback* constantes para que se mantenham focalizados também na execução dos projetos de investimento locais.

Considera-se que, apesar das limitações já indicadas, é preciso continuar e intensificar a capacitação dos técnicos do MEC e das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal a fim de agilizar a execução do Programa. Considera-se, ainda, que haveria necessidade de instituir-se uma estratégia para garantir a manutenção dos técnicos contratados, independentemente das trocas de dirigentes, com o objetivo de evitar interrupções ou quebras nas ações/atividades em execução.

No que se refere à execução dos projetos de investimento do Projeto Escola Jovem- sub "A" e dos Planos de Trabalho do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio- Projeto Alvorada os aspectos que mais contribuíram para o alcance dos principais resultados do Programa foram a capacitação de recursos humanos e o acompanhamento físico-financeiro. A implementação de ambos deu-se pela constituição de equipes técnicas multidisciplinares, no órgão central (MEC) e nas unidades descentralizadas (Secretarias de Educação). Tais equipes são compostas por, no mínimo, três profissionais entre pedagogos, engenheiros, advogados, administradores, economistas, contadores, arquitetos, que atuam em regiões pré-definidas, prestando assistência técnica, capacitando, aplicando instrumentos de monitoramento e avaliação da execução do Programa e produzindo relatórios circunstanciados. Os relatórios são encaminhados aos dirigentes das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal para análise e, se for o caso, para adoção de medidas corretivas.

No que se refere à execução do subprograma de Políticas Nacionais do Projeto Escola Jovem (sub "B"), a estratégia que mais contribuiu para direcionar a ação dos estados no sentido de enriquecer as ações do voltadas para o desenvolvimento curricular foi a formação de uma rede de capacitadores para que o ensino médio obtivesse a visibilidade hoje alcançada e para que os gestores e professores das escolas atendidas passassem a desenvolver práticas convergentes com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais.

Quanto às oportunidades, cabe ressaltar que este mecanismo de monitoramento vem funcionando, também, como capacitação em serviço para as equipes estaduais que ao se envolverem no processo são levadas a assumirem um compromisso mais efetivo com o Programa e a reverem conceitos, metodologias além de aperfeiçoarem os seus próprios instrumentos de acompanhamento. Dessa forma, a própria equipe do MEC vem identificando aspectos a serem ainda contemplados no sistema informatizado que se encontra em fase de implantação.

A capacitação da equipe gerencial foi uma constante não só pela necessidade de aperfeiçoamento de seus integrantes, que passaram a dominar novos conceitos e a utilizarem novas ferramentas de trabalho, mas ainda, pela rotatividade de técnicos contratados. Essa capacitação foi oportunizada em alguns momentos por diferentes órgãos do Governo e, em outros, por iniciativa da própria gerência para atender às demandas do Programa. As capacitações foram oferecidas por meio de treinamento em serviço, seminários, reuniões técnicas, ciclos de

palestras, mini-cursos e outros, versando sobre as áreas orçamentária, administrativa, financeira, gerencial e pedagógica. A capacitação sistemática possibilita que a dinâmica de execução torne-se mais ágil, mais precisa e, portanto, mais eficaz.

De forma semelhante ao que ocorreu na esfera federal, as equipes técnicas das unidades da Federação foram sistematicamente capacitadas por meio de treinamento em serviço, seminários, reuniões técnicas, ciclos de palestras, mini-cursos e outros, versando sobre as áreas orçamentária, administrativa, financeira, gerencial e pedagógica. Devido às constantes mudanças nas equipes estaduais, tal capacitação tornou-se essencial para que a execução dos Projetos de Investimento e dos Planos de Trabalho não sofressem demasiada solução de continuidade. Ainda assim, alguns problemas ocorreram, demandando, inclusive, a necessidade de assistência técnica individualizada ou em pequenos grupos, para garantir a continuidade de algumas ações estaduais.

Cabe destacar que os principais parceiros do Programa são os governos estaduais por meio de suas secretarias de educação. Embora ainda sejam detectadas insuficiências nas equipes estaduais, de 2000 a 2002 houve alguns avanços no sentido das mesmas irem gradativamente atendendo às orientações técnicas para a melhor execução dos Projetos de Investimento e dos Planos de Trabalho, levando a uma melhoria no atingimento das metas físicas estabelecidas. É importante salientar que no início da implementação do Projeto Escola Jovem algumas unidades da Federação tiveram resistência em aderirem ao Programa motivadas por questões de divergências políticas. No entanto esse problema foi superado e hoje, somente o Estado do Paraná não participa, por estar executando um programa semelhante com recursos próprios e o Estado do Rio de Janeiro, por ainda estar elaborando seu Projeto de Investimento.

No tocante às pesquisas para o ensino médio, a Unesco por solicitação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação-Semtec/MEC, está desenvolvendo pesquisa denominada: O Ensino Médio: Percepção dos Alunos e Professores sobre a Escola. A pesquisa vem sendo desenvolvida por meio de instrumentos quantitativos (questionários) e qualitativos (cadernos de redação), aplicados a alunos e professores de uma amostra constituída por escolas públicas e privadas de ensino médio, em 13 capitais brasileiras, perfazendo um total de 57.702 questionários e 3.145 redações. Os dados analisados, até o momento indicam a existência, ainda, de uma grande heterogeneidade entre as escolas de ensino médio e um descompasso entre os desejos e anseios da comunidade pesquisada e o que é oferecido pela escola. Embora parcial, a análise dos resultados indica a necessidade de intensificar as ações que chegam diretamente às escolas e professores e que envolvem diretamente os alunos, para intervir no descompasso apontado. Isto já vem ocorrendo por meio de ações de capacitação desenvolvidas pelo MEC e, também, pelos estados, mais especificamente pela realização de fóruns denominados De Escola para Escola. No tocante à capacitação já foram realizados seis fóruns regionais e 2 nacionais, sendo que no último, realizado em Brasília, no mês de outubro, os alunos participantes elaboraram uma carta dirigida aos novos governantes do País, apontando para o tipo de escola de ensino médio que desejam. O conteúdo da carta, que foi lida pelos alunos, aproxima-se muito do novo paradigma curricular proposto nas atuais Diretrizes e Parâmetros Curriculares do Ensino Médio.

Destacam-se, ainda, o Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB e do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, cujos resultados, amplamente divulgados, reforçam a necessidade de continuar investindo em ações que melhorem a qualidade do ensino.



## Educação de Jovens e Adultos

**Resultados** As taxas de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, foram reduzidas. Segundo dados do IBGE a redução foi de 14,9% em 1996 para 13,6% em 2000. Analisando os dados, verifica-se que a redução atingiu todas as idades, observa-se, porém, que a intensidade diminui à medida que aumenta a idade da população, principalmente quando se trata da população da zona rural.

Ressalta-se que os resultados das ações como Recomeço-Programa Supletivo, implantada em 2001, e que beneficiam atualmente 1,3 milhão de alunos, somente contribuirão para a variação do índice a partir de 2003, quando estes alunos concluirão o primeiro segmento do ensino fundamental.

O Ministério da Educação no âmbito do Programa **Educação de Jovens e Adultos** desenvolveu em parceria com os sistemas de ensino, no período 2000-2002 ações prioritárias que possibilitaram a formação continuada de 69.401 docentes e a oferta de material didático para 2.523.712 alunos. Essas metas poderão ser ampliadas com a realização de novos convênios a serem efetivados, após o vencimento do prazo estabelecido pela Lei Eleitoral, que proíbe a transferência de recursos de convênios às instituições públicas nesse período.

Em 2002, foram feitos investimentos na melhoria da qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos, por meio da formação continuada de 18.290 professores e da oferta de material didático específico e adequado à modalidade educação de jovens e adultos para 462.578 alunos.

Destaca-se que essas ações beneficiaram os professores e os alunos dos sistemas de ensino das regiões metropolitanas de São Paulo, Vitória, Rio Janeiro, Brasília e entorno, integrantes do Programa Brasil diz não à Violência, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

De acordo com o Censo Escolar 2001, a matrícula do ensino fundamental de jovens e adultos cresceu 17%. O crescimento foi maior na Região Norte com 34%, passando 332.166 para 445.845 alunos e na Região Nordeste, onde o crescimento foi de 54%. Nessa região, a matrícula passou de 540.868 para 835.513 alunos.

Em 2002, o Censo Educacional apresentou um crescimento no ensino fundamental de jovens, em relação ao ano anterior, na ordem de 26%. Na Região Norte, o crescimento foi de 13%. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 33%. As duas regiões somam atualmente, no ensino fundamental para jovens e adultos, uma matrícula de 1.601.774 alunos.

O crescimento da matrícula foi atribuído, entre outras ações, a criação do Recomeço - Programa Supletivo, implantada no ano de 2001 nas Regiões Norte, Nordeste e 389 municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,5. No primeiro ano a ação beneficiou aproximadamente 830 mil alunos do ensino fundamental de jovens e adultos, com avaliação no processo. Atualmente cerca de 1,3 milhão de alunos são beneficiados com a ação.

A continuidade do Recomeço - Programa Supletivo nas Regiões Norte e Nordeste, combinada com outras ações de apoio aos sistemas de ensino, possibilitará o aumento da oferta de ensino fundamental e conseqüentemente a redução dos atuais índices de analfabetismo.

Gerente:

Maria Auxiliadora Lopes

A redução das taxas de analfabetos, segundo dados do IBGE, atingiu todas as idades, observa-se, porém que a intensidade diminuiu à medida que aumenta a idade da população. A população acima de cinquenta anos, principalmente na zona rural, não se beneficia da oferta de ensino pelos sistemas.

O Programa contribuiu para aumentar a oferta de ensino fundamental para jovens e adultos com a implantação do Recomeço-Programa Supletivo, nas Regiões Norte e Nordeste, onde historicamente se registram as maiores taxas de analfabetismo; investiu na melhoria da qualidade do ensino fundamental de jovens e adultos por meio da formação continuada de professores e da oferta de material didático específico, adequado à modalidade educação de jovens e adultos; apoiou financeiramente aos sistemas de ensino das regiões metropolitanas das capitais, áreas onde estão concentrados um contingente elevado de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não o concluíram na idade própria.

As taxas de analfabetismo, segundo dados do IBGE, são maiores em algumas regiões. As Regiões Norte e Nordeste detêm as taxas mais elevadas. Para essas regiões foi criado e implantado a operação especial Recomeço - Programa Supletivo que, no período de 2000-2002, beneficiou 1,3 milhão de alunos.

O Programa, no período 2000 - 2002, foi ampliado com a criação de duas novas atividades (Alfabetização Solidária e Veiculação de Programas de Rádio-Escola) e de uma Operação Especial (Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos).

Este crescimento apresentou como consequência o aumento significativo de vagas no ensino fundamental para jovens e adultos, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, e em municípios com IDH abaixo da média nacional, localizados em outras regiões. Vale ressaltar que estes resultados foram evidenciados na área de abrangência do Recomeço - Programa Supletivo. Outra consequência desse crescimento está relacionada à melhora da qualidade da oferta, resultado do apoio financeiro aos sistemas de ensino para o desenvolvimento de formação continuada a provisão de material didático específico para essa faixa etária.

Ações de outros programas impactaram positivamente no resultado do Programa **Educação de Jovens e Adultos**. Nesse sentido, o aumento da oferta de vagas no ensino fundamental e a redução da defasagem idade série, por meio da ação Correção do Fluxo Escolar, contribuíram para o aumento da escolarização no ensino fundamental e conseqüentemente para a redução da demanda por educação de jovens e adultos.

Espera-se para 2003 o aumento da oferta de ensino fundamental para jovens e adultos, principalmente, por meio da ação Recomeço - Programa Supletivo nas Regiões Norte e Nordeste, onde existe o maior número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental na idade própria. Bem como a produção e distribuição de novo material didático que atenda a especificidade da modalidade, levando em conta não só o espaço geográfico onde reside o aluno, mas também as suas condições de vida e de trabalho.

.....

Determina o texto constitucional no Artigo 208, que é dever do Estado com a educação a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, sua oferta aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. Nesse sentido, esclarecemos que a Constituição se refere a ensino fundamental e não alfabetização. Por sua vez, ensino fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Dessa forma, entende-se ensino fundamental como processo e alfabetização como início desse processo.

## Concepção

O objetivo deste trabalho foi orientar os responsáveis pelas instituições que desenvolvem ações voltadas para a redução do analfabetismo, da importância

da definição dos termos e da influência desses termos na definição das políticas públicas voltadas para esta população. Visa-se, acima de tudo, que o atendimento de jovens e adultos não se restrinja a programas de alfabetização, com curta duração, que mais se caracterizam como campanhas, sem preocupação de encaminhamento dos beneficiados para a continuidade do processo até a conclusão do ensino fundamental.

O Programa, conforme previsto inicialmente no PPA, se constituía de duas atividades e de dois projetos. Os recursos orçamentários previstos para os quatro anos de Plano somavam R\$ 176.624.055,00.

O objetivo do Programa é adequado, seu público-alvo está bem definido, as ações são suficientes e estão adequadas ao objetivo. Os indicadores estão bem definidos.

Por se tratar de ensino fundamental, conforme determinação constitucional, compete aos sistemas de ensino estaduais e municipais a sua oferta.

---

## Implementação

O Programa se caracteriza como multissetorial. Duas de suas atividades são executadas por órgãos que estão fora da estrutura do Ministério da Educação. Uma das instituições executoras é o Ministério da Reforma Agrária e a outra uma Organização Não-Governamental.

Com relação ao objetivo do Programa, articulou-se com os executores das ações, por meio de reuniões, estudos e debates, visando uma melhor compreensão do que é a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do ensino fundamental.

O programa necessita aperfeiçoar alguns aspectos da sua implementação:

- A administração reconhece a importância do Programa para o governo e para a sociedade e apoiar a gerência no desenvolvimento dos trabalhos;
- Aperfeiçoar o processo de articulação iniciado;
- Maior integração. Implantar o Sistema de Avaliação de Educação de Jovens e Adultos;
- Ampliar as parcerias existentes;
- Implantar o Sistema de Consultas ao público-alvo; e
- Integrar com os Conselhos de Acompanhamento do Fundef.

É ainda de fundamental importância a participação do Gerente nas decisões sobre a criação de novas ações, na extinção de ações existentes e na redefinição de metas físicas e financeiras.

Deve-se dar continuidade à articulação iniciada com os órgãos governamentais e não-governamentais que executam as ações do programa. Criar um sistema de acompanhamento, que possibilite a sistematização da supervisão e fortaleça a articulação com os coordenadores de ações.

No desenvolvimento de ações para aumentar o nível de escolarização da população de quinze anos ou mais, que não concluíram o ensino fundamental, o Ministério da Educação conta com a parceria das organizações não-governamentais. De acordo com projetos educacionais encaminhados por essas instituições no ano de 2000, essas organizações atenderam; 78.026 alunos, no ano de 2001 foram beneficiados 94.235 e em 2002, com os projetos aprovados até julho, estavam sendo beneficiados 48.650 alunos.

São parceiros do Ministério da Educação, na execução das ações do Programa, as secretarias estaduais de educação, as prefeituras municipais e as seguintes organizações não-governamentais: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho - Ibeac, Associação de Educação Católica do Brasil - AECB, Movimento de Educação de Base - MEB, Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - Aapas, Instituto Agostin Castejon, Rede de Desenvolvimento Humano - Redeh, Grupo Estudos sobre Educação Metodologia de Pesquisa e Ação - Geempa, Instituto Técnico para Educação e Cultura, Pastoral da Criança - CNBB e Conselho Comunitário Educação Cultura Ação Grande São Paulo. O apoio financeiro a essas instituições são transferências voluntárias e ocorrem sob a orientação das normas vigentes.

No exercício 2002, obteve-se maior disponibilização de informações físicas e financeiras referentes às ações em desenvolvimento. Em 2003, faz-se necessário o fortalecimento do processo de articulação entre coordenadores de ações e equipe gerencial.

Sobre a capacitação, destaca-se que a equipe gerencial do Programa participou de cursos, seminários e reuniões de estudo visando o bom desempenho gerencial. Foram de fundamental importância os cursos realizados pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, as orientações de Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - SPO/MEC, e o acompanhamento dos monitores do Ministério do Planejamento. Esses eventos possibilitaram uma maior integração com os coordenadores de ações multissetoriais, e uma melhor compreensão da importância das parcerias para o alcance dos objetivos do Programa.

O reconhecimento da importância do Programa, pela administração, se constitui fator fundamental para o alcance dos objetivos, uma vez que se reveste em fortalecimento gerencial. A criação de ações como o Recomeço - Programa Supletivo, indica apoio institucional que necessita ser ampliado de forma a alcançar todas as ações que compõem o Programa.

Visando o melhor desempenho do Programa, além do apoio institucional, outras estratégias de implementação serão necessárias, entre as quais, indica-se:

- fortalecimento da equipe gerencial com maior apoio às atividades gerenciais e capacitação dos técnicos;
- aperfeiçoar o processo de articulação iniciado;
- implantar o Sistema de Avaliação de Educação de Jovens e Adultos;
- ampliar as parcerias existentes;
- implantar o sistema de consultas ao público-alvo;
- integrar com os Conselhos de Acompanhamento do Fundef, órgão responsável pelo Controle Social do Recomeço - Programa Supletivo;
- Participação do gerente nas decisões sobre criação de novas ações, definição de metas financeiras e físicas.

Algumas ações do Programa, a exemplo do Recomeço - Programa Supletivo, no qual o apoio financeiro efetiva-se por transferência direta e mensal, possibilitou aos parceiros uma execução sistemática e mais ágil.

O apoio financeiro para as demais ações, ocorre por demanda e com base em critérios pré-estabelecidos. Os parceiros apresentam planos de trabalhos anuais e os recursos são transferidos por meio de convênios. Com exceção das ONG, para demais instituições, por força da Lei Eleitoral, no período de 6/7 a 27/10, foram suspensas as transferências de recursos.

Em decorrência do modelo de gestão proposto no PPA, os programas multissetoriais proporcionaram parceria com diferentes órgãos do Governo Federal, entre os quais situam-se o Ministério da Justiça, o Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério da Saúde, a Fundação Palmares e a Secretaria de Assistência Social.

A parceria possibilitou uma maior integração entre as esferas de governos e uma maior articulação do setor educacional com outros setores governamentais no âmbito dos governos estaduais e locais. Esta articulação permitiu, na formação continuada de professores, o desenvolvimento de temas transversais como ética e cidadania, saúde, orientação sexual, educação para trânsito. O objetivo é desenvolver uma proposta pedagógica elaborada pelos sistemas de ensino com a participação dos demais segmentos: saúde, segurança, arte e lazer.

Considerando a natureza do problema, alto índice de analfabetismo na população de quinze anos ou mais, faz-se necessário ampliar as parcerias existentes com as instituições governamentais e não-governamentais e, mais ainda, buscar novos parceiros.

Quanto ao controle social, no âmbito do Recomeço - Programa Supletivo, o controle social da aplicação dos recursos transferidos aos sistemas estaduais e municipais de ensino, é realizado mediante a atuação dos Conselhos de Acompanhamento do Fundef, responsáveis também pela aprovação das prestações contas.

No que se refere à atividade Alfabetização Solidária, o acompanhamento da execução é realizada com a participação das universidades parceiras e os resultados registrados em relatórios, que são divulgados aos parceiros e representantes da comunidade.

Com relação às demais ações do Programa, visando maior controle, por parte da sociedade, sobre a transferência de recursos a estados e municípios, a relação dos beneficiários é divulgada pela mídia.

O desempenho do Programa, porém, encontra um obstáculo: a falta de combinação da matriz do Programa com a estrutura organizacional vigente.

## Escola de Qualidade para Todos

Considerando os objetivos do Programa, podem-se destacar como principais resultados no período de 2000 a 2002: **Resultados**

- capacitação de 124 mil professores do ensino fundamental para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com reflexo imediato na melhoria da qualidade do ensino fundamental público;
- atendimento a 450 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, o que significa uma considerável redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos;
- capacitação de 65 mil profissionais de educação para a utilização dos novos recursos da educação a distância, o que contribui, significativamente, para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem;
- aparelhamento, com recursos de informática, de 4 mil e 800 unidades escolares e capacitação de 6 mil e 400 profissionais, visando atuação nos Centros de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas, levando tecnologia aos alunos e assim enriquecendo o aprendizado;
- veiculação de 790 mil minutos de programas educativos pela TV-Escola, propiciando a oportunidade de capacitação, aperfeiçoamento e acesso a novos recursos, para utilização em sala de aula pela grande maioria dos professores do ensino fundamental;
- distribuição de 12.8 milhões de materiais impressos, referentes ao Programa TV Escola, para apoio à educação à distância e ao uso de novas tecnologias na educação; e
- capacitação de quinze mil profissionais, entre coordenadores, professores e técnicos de escolas do ensino fundamental, visando a utilização pedagógica do computador em sala de aula e assistência técnica permanente às escolas do Ensino Fundamental participantes do Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo.

A Secretaria de Educação Fundamental, no relatório de avaliação dos Parâmetros em Ação, realizada em novembro de 2002, em seis diferentes estados, focada em professores e coordenadores de grupo, além de pesquisa amostral em todos os estados contemplados com o Programa, concluiu que a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental tem efetivamente elevado a qualidade do ensino fundamental público. Também, por meio do documento Política de Melhoria de Qualidade na Educação: Um Balanço Institucional, de novembro de 2002, com o objetivo de registrar e avaliar o desenvolvimento dos programas em execução nos sistemas de ensino do país, no período de 1996-2002, a Secretaria de Educação Fundamental - SEF concluiu que as estatísticas educacionais evidenciam que o Programa de Aceleração da Aprendizagem contribuiu para a melhoria das taxas de transição com a redução de repetência, queda da evasão, aumento da taxa de promoção, indicando avanço no sentido de regularização do fluxo escolar, além de redução, no período, de 30,34% para 22,5% da defasagem de dois ou mais anos, de 1ª a 4ª série.

A Secretaria de Educação a Distância - SEED realizou, em 2001, pesquisa de avaliação comparativa nacional, para estimar indicadores representativos da utilização e do impacto do Programa TV-Escola, cuja

**Gerente:**

**Pedro Crisóstomo Rosário**

finalidade foi conhecer as formas, os avanços e as dificuldades enfrentadas pelas escolas na implantação do Programa. Foram considerados valores, preocupações e percepções dos agentes interessados no Programa: coordenadores pedagógicos, diretores, supervisores, professores, alunos e pais. Foi detectado que 86% das escolas urbanas com mais de cem alunos possuíam o *kit*, 70% utilizavam com docentes e 67% utilizavam com os alunos. Entre os problemas encontrados, destacam-se a falta de pessoal disponível para realizar as gravações dos programas, problemas técnicos com os equipamentos e com a transmissão e quantidade insuficiente de fitas virgens. Levando em conta os resultados da pesquisa, foi decidida a continuidade do curso de capacitação do professor no uso de novas tecnologias e produção de série de vídeos com programas sobre o uso da TV-Escola. Diante da necessidade de solucionar problemas técnicos existentes, a SEED está trocando parte das antenas parabólicas analógicas por digitais, modernizando, assim, a recepção e eliminando problemas de ruídos e interferências nas imagens exibidas. Ainda, com base nos resultados da pesquisa, nova seleção de vídeos será adquirida e exibida e novas séries serão produzidas para a TV-Escola.

Com exceção da ação Equipamentos de Informática para TV-Escola, em que o atraso no processo licitatório impediu a execução em 2001 e a retardou em 2002, para as demais ações espera-se que, em 2003, haja superação das metas previstas para o PPA 2000/2003.

Com relação aos indicadores para o período analisado, constatamos que os índices das Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos e da Taxa Esperada de Conclusão do Ensino Fundamental não foram calculados no período referente ao PPA 2000/2003, tendo em vista que informações do Censo Populacional do IBGE, ainda não disponíveis, são necessárias para medi-los.

Todavia, o último índice apurado em 1999, após a elaboração do PPA, de 97% na Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos, evidencia que houve uma oscilação favorável do percentual previsto para o PPA/2003, pois a meta prevista já foi superada, demonstrando que as ações do Programa vêm alcançando os objetivos propostos, com a ampla mobilização dos governos federal, estaduais e municipais e da comunidade no sentido de matricular as crianças que ainda estavam fora da sala de aula. Verificou-se, também, o crescimento na matrícula de 5ª a 8ª série, revelando o aumento da escolarização média, a melhoria da qualidade do ensino e a redução de repetência e da evasão.

Um dado relevante é a queda mais acentuada da Taxa de Distorção Idade/Série no Ensino Fundamental. Em 1998, era de 45%; em 2001, foi reduzida, para 39%, excedendo as expectativas do PPA/2003. Os dados apontam para a melhoria do desempenho escolar do nível fundamental, demonstrando a eficácia da ação Aceleração da Aprendizagem, permitindo que as escolas públicas absorvam todas as crianças e jovens em idade escolar e, gradativamente, corrijam a distorção entre a idade do aluno e a série que ele frequenta e, conseqüentemente, ofereçam um número maior de vagas nas séries iniciais do ensino fundamental, onde a repetência é mais acentuada.

---

**Concepção** O Programa **Escola de Qualidade para Todos** originou-se desta necessidade de universalizar um ensino fundamental público de qualidade, corrigir as distorções existentes, e propiciar aos alunos e professores o acesso a novas tecnologias na educação.

Nos últimos seis anos, grandes avanços foram registrados e já se pode dizer que o país está se recuperando do atraso educacional.

As desigualdades regionais também foram atenuadas pela prioridade à educação. Dados de 1995 revelam que na região Nordeste, a mais pobre do País, os habitantes tinham quatro anos de estudo, em média. Nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, esse índice chegava a seis anos. Em 1999, a população de dez anos ou mais de idade, residente na Região Nordeste, tinha 4,3 anos de estudo, enquanto, no Sul, esse índice chegava a 6,2 e, no Sudeste, a 6,5.

Repensando os problemas ou demandas que deram origem ao Programa, considerou-se que as desigualdades sociais e a concentração de renda têm sua origem, em grande parte, no atraso educacional de décadas e na baixa escolaridade média da população brasileira.

A partir de 1995, a educação foi definida como prioridade. Como os resultados nessa área demandam tempo, decidiu-se enfrentar, inicialmente, a questão do ensino fundamental. O mais importante era matricular e manter as crianças de 7 a 14 anos na escola, garantindo-lhes um ensino de qualidade.

O Programa de Governo para a educação, alicerçado na busca da igualdade de oportunidades, incorporou os princípios da universalização, descentralização, municipalização, participação da comunidade na gestão das escolas e maior controle social do gasto público e dos resultados.

Entre os aspectos do Programa que precisam ser melhorados, visando seus objetivos no período do PPA, está um aumento considerável no quantitativo do público-alvo previstos nas metas físicas, que possibilitasse atendimento a um maior número de escolas, alunos e professores do Ensino Fundamental. Todavia, o aumento do público-alvo depende de maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Com relação ao objetivo, público-alvo, regionalização, metas físicas e indicadores, considerando o objetivo de universalizar um ensino fundamental público de qualidade, utilizando-se de novas tecnologias na educação, o desenho do Programa mostra-se adequado, com alguns ajustes necessários em sua estratégia de implementação.

Não existem, no Programa, outros produtos desenvolvidos com recursos orçamentários ou não, que não estejam expressos no PPA 2000-2003, e que contribuam para o objetivo do mesmo.

.....  
Merece destaque a principal dificuldade encontrada: o atendimento, por parte de estados e municípios, de todas as exigências legais para se habilitarem ao recebimento de transferências voluntárias por meio de convênios.

## **Implementação**

As ações associadas à Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais são operacionalizadas por meio da celebração de convênios com estados e municípios e submetidos à avaliação técnico-pedagógica do Ministério da Educação. As ações vinculadas à TV-Escola, bem como ao Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo são operacionalizadas, de forma centralizada, na Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. O apoio financeiro à aquisição do *kit* tecnológico para as escolas se concretiza mediante a celebração de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação. Os equipamentos do ProInfo são adquiridos mediante um processo de licitação internacional e distribuídos às escolas, possibilitando um grande ganho financeiro e os recursos para capacitação são repassados a estados e municípios mediante a celebração de convênios. Especificamente, no caso das ações - Apoio às Instituições de Ensino para Implementação de Referencial de Formação de

Professores de Ensino Fundamental e Aceleração da Aprendizagem - consideramos que houve avanço na estratégia de implementação dos Programas, quando se optou por definir as áreas de atendimento prioritário, o que significou um melhor direcionamento dos recursos disponíveis, em contraposição à situação anterior, em que a inexistência de um filtro no início do processo ocasionava a pulverização de recursos, sem atingir as áreas realmente deficitárias.

Quanto às ações que compõem o bloco de utilização de novas tecnologias para a educação (TV-Escola e ProInfo), seus auspiciosos resultados se devem à estratégia de se criar núcleos técnicos e administrativos, cuja função precípua é operacionalizar as ações relacionadas a objetivos específicos.

Avaliando o padrão de execução financeira do Programa, em que os recursos foram executados na sua quase totalidade e as metas foram praticamente todas alcançadas, conclui-se que os recursos foram compatíveis com as necessidades de execução.

Quanto à estratégia de implementação, considerando a deficiência de recursos humanos disponíveis na estrutura do FNDE, entendemos que a criação de um corpo técnico, com lotação no Ministério Planejamento e exercício junto ao gerente, facilitaria a organização dos trabalhos.

Também a forma de coordenação e acompanhamento dos executores pede uma política específica, aliada a uma equipe especializada em cada programa, o que permitiria uma melhoria na coordenação e acompanhamento. Tal medida viria otimizar o processo, uma vez que, considerando as três vertentes que constituem o Programa, a sua implementação requer a utilização de diferentes estratégias de execução.

Quanto à evolução do esforço de capacitação da equipe gerencial, consideramos que foi insuficiente, talvez até motivada pela grande diversidade dos problemas enfocados. Porém, na gestão desse Programa, a deficiência na capacitação da equipe não interferiu significativamente no desempenho, graças ao grande entrosamento de seu gerente com os gestores das ações, além de conhecimento e experiência em gestão pública, que possibilitaram acesso às informações, suprimindo as falhas existentes.

O grau de participação da sociedade sobre o Programa é moderado. Considerando que as ações do Programa capacitação de professores e provimento de infra-estrutura para a utilização de novas tecnologias na educação se desenvolvem dentro da escola, a sociedade não participa de forma estruturada, mas à medida que os pais e responsáveis participam da vida escolar de seus filhos. Há, ainda, a participação constatada por meio da fiscalização empreendida pela sociedade quanto à utilização correta dos recursos repassados e ao atingimento das metas propostas. Vale ressaltar o aumento significativo da participação dos pais a partir de ações de estímulo do Ministério da Educação, como o "Dia da Família na Escola".

Tanto a estrutura organizacional do Ministério da Educação, quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, estão adequadas ao modelo de gestão por programas, no entanto, há carências de infra-estrutura e, principalmente, de recursos humanos, em quantidade e capacitação, para que se possa executar e gerir o Programa, dentro dos princípios adotados pelo PPA 2000-2003.

## Estatísticas e Avaliações Educacionais

### Resultados

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica na área foram prioridades do Governo para o setor educação, concretizadas com a reestruturação e revitalização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

As atribuições do INEP, contempladas no Programa **Estatísticas e Avaliações Educacionais** estão de acordo com a LDB: coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

Os resultados obtidos no âmbito do Programa apontam avanços na sua consolidação, tanto em termos qualitativos como quantitativo, demonstrando o aumento da eficiência e da eficácia de sua gestão. Estes resultados também explicam a significativa credibilidade alcançada nas áreas de avaliação, estatísticas e de indicadores educacionais, possibilitando a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. O Programa abrange as avaliações e a produção das estatísticas básicas da educação nacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A eficiência e a credibilidade alcançadas pelo INEP na organização de suas avaliações, informações e estatísticas educacionais têm proporcionado uma ferramenta indispensável aos formuladores, executores e avaliadores de políticas em todos os níveis da gestão educacional e, ao mesmo tempo, permitido atender à demanda de universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais.

O desempenho do sistema educacional brasileiro vem interessando sobejamente a opinião pública, estimulando e subsidiando o debate em torno desse tema, que passou a ocupar lugar de grande relevância na agenda da sociedade brasileira.

Dessa forma, o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliações e de estatísticas educacionais vem, também, produzindo com sucesso a democratização do acesso às informações qualificadas e fidedignas.

O padrão de execução financeira do Programa, confrontado com o previsto no PPA 2000/2003, não apresentou restrições que gerasse divergências entre o planejado e o realizado. Todavia, no ano de 2000 a arrecadação do INEP foi frustrada em relação à previsão, gerando um déficit de quase R\$ 8,5 milhões e a necessidade de um crédito suplementar de R\$ 1,5 milhão por autorização do Legislativo. No período em pauta, a execução financeira foi de 98,78% sobre a receita total do órgão, incluindo todas as fontes.

Em 2001, em decorrência da isenção do pagamento de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os concluintes do ensino médio de instituições públicas e para os que se declararam carentes, a arrecadação do INEP foi frustrada em cerca de R\$ 14,7 milhões em relação à previsão, valor suprido por remanejamento interno e por crédito suplementar.

Naquele ano, a execução financeira representou 98,64% da receita total do órgão, incluindo todas as fontes e excluindo o correspondente não arrecadado.

**Gerente:**

**Solange Maria de Fátima Gomes  
Paiva Castro**

Em 2002, o INEP consolidou o ENEM e o Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão como avaliações nacionais, ampliando e incorporando a utilização dos seus resultados tanto pelos entes públicos na formulação e no monitoramento das políticas educacionais como, principalmente, pelas instituições de ensino na melhoria da qualidade de sua oferta educacional.

O Censo Escolar, em 2002, consolidou sua rede de coleta e processamento de dados pela utilização do Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIED. O SIED alimenta as bases de dados nas secretarias de educação estaduais, ligando-as *on-line* ao INEP que centraliza e finaliza o levantamento. Disponibilizou também, o aplicativo Sistema Administrativo Escolar - Saemec, que, além de informatizar a administração da escola, auxilia na coleta do Censo. O uso da base de informações geradas pelo Censo melhorou o perfil dos gastos federais com Educação Básica, em termos tanto de otimização dos recursos como de execução de políticas de diminuição das desigualdades regionais.

Também em 2002, o Sistema de Informações da Educação Superior - SIED-SUP permitiu que todo o levantamento do Censo da Educação Superior acontecesse pela internet, integrando sua base de dados e outros sistemas operacionais, como o Cadastro da Educação Superior, ferramenta de consulta disponível ao público e ao Sistema de Acompanhamento de Processos de Instituições de Educação Superior - Sapiens, do MEC.

O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Enceja surge num momento em que os indicadores educacionais apontam para o crescimento da educação de jovens e adultos e para a necessidade de mecanismos de acompanhamento e avaliação da qualidade de sua oferta. A Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação - ACE veio propiciar a integração de todas as avaliações da Educação Superior a uma mesma base de dados e com um mesmo padrão conceitual. Ambas as estruturas permitiram ao INEP, em 2002, complementar sua atuação no sentido de cumprir sua missão institucional.

---

## Concepção

Pela característica das ações que compõem o Programa, é impossível definir, entre as estratégias, quais as que mais contribuíram para garantir o sucesso do programa, pois, por sua correlação, qualquer delas que fracasse, inviabiliza o todo. A seguir, tem-se a avaliação do Programa, ação por ação:

### Censo Escolar da Educação Básica

O Censo Escolar, proposto com abrangência nacional, é realizado anualmente nos 5.561 municípios brasileiros, levantando as informações estatísticas da Educação Básica que permitem acompanhar o desenvolvimento das redes de ensino no País.

A coleta e o processamento dos dados são operacionalizados pelas secretarias estaduais de educação de forma descentralizada. As informações obtidas subsidiam diretamente uma série de políticas públicas, que vão da distribuição de recursos à implementação de projetos.

Todas as escolas das redes pública e privada do País respondem ao Censo, por meio de um questionário padronizado detalhando informações quanto ao perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar, a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino, bem como levantando os dados que servem de base para o cálculo dos principais indicadores educacionais como as taxas de repetência, promoção e evasão escolar. A presente ação apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta 262.311 escolas, com levantamento de 1.116 variáveis;
- Ano 2001 - universo de coleta 265.224 escolas, com levantamento de 1.855 variáveis; e
- Ano 2002 - universo de coleta 255.886 escolas, com levantamento de 1.925 variáveis.

Cabe destacar que o universo de coleta do Censo Escolar é fator variável no processo, conforme a política de educação defina objetivos de expansão ou nucleação da escola. Desta forma, a questão proeminente para o Censo Escolar é a melhoria da qualidade da informação, da abrangência das variáveis e expansão do seu número, permitindo a observação mais detalhada do sistema educacional brasileiro, bem como a utilização dos seus resultados na elaboração de políticas públicas.

#### Censos, Exames e Avaliações Especiais

Os levantamentos especiais são realizados em âmbito nacional, respondendo a demanda do Ministério da Educação por informações específicas de orientação a determinadas políticas educacionais para Educação Básica, tendo sempre caráter complementar ao Censo Escolar, atendendo, no máximo, duas demandas por levantamentos ou duas por pesquisas amostrais por ano. Em 2000, foi realizado o Censo da Educação Infantil, divulgado no ano seguinte, como o Censo Escolar levanta, desde 1996, dados sistemáticos sobre a pré-escola e, a partir de 1998, também coleta dados de creche. O levantamento especial, no ano 2000, priorizou a busca por informações que adicionassem novos elementos mais detalhados ao retrato que já se tinha da Educação Infantil nos 5.507 municípios que a oferecem, em especial buscando preencher as lacunas quanto à forma de oferta e demanda, bem como capacidade de atendimento dos municípios responsáveis pela oferta dessa educação.

Em 2002 estão sendo finalizadas pesquisas amostrais: Livro Didático e Infra-estrutura; Perfil do Docente e do Diretor; e Gestão da Educação - Forma de Evolução do Ensino.

#### Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Constitui um dos mais amplos e completos sistemas de dados sobre o ensino fundamental e médio em nosso País, implantado em 1990 com o objetivo de coletar dados e produzir informações sobre o desempenho do aluno e dos fatores a ele associados. Os dados levantados, a cada dois anos, por meio da aplicação de provas aos alunos e de questionários para professores e diretores, depois de analisados, permitem acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e aspectos que estão associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

Em 2000, após a conclusão dos trabalhos de campo e de processamento e transcrição das informações coletadas, foi constituída a base de dados que possibilitou as análises de resultados. Em 2001, o SAEB realizou seu sexto ciclo de aplicação avaliando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, dos alunos brasileiros da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Para a realização do SAEB 2001, foram envolvidos 287.719 alunos, 11.737 turmas, 6.935 escolas, 21.754 funções docentes (professores) e 6.820 diretores de escolas das redes estadual, municipal e particular em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Durante o exercício de 2002 foi realizada a análise minuciosa dos dados levantados.

## Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

O ENEM, aplicado pela primeira vez em 1998, configura-se numa proposta inovadora de avaliação do desempenho individual do jovem ao término dos onze anos de escolarização básica, aferindo o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania de jovens e adultos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio.

O ENEM é voluntário, de caráter interdisciplinar e oferece parâmetros para o prosseguimento nos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho. De forma complementar ou alternativa, o Exame é também utilizado para seleção de ingresso no Ensino Superior. A prova é composta por uma redação e questões de múltipla escolha que avaliam o desempenho a partir de uma matriz de competências e habilidades.

A concepção do ENEM está calcada nos delineamentos da Educação Básica estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB e, sobretudo, nas diretrizes e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. É, portanto, um instrumento balizador e indutor da reforma que vem sendo implementada neste nível de ensino, ajudando a sinalizar à escola que o modo de construção do conhecimento deve seguir uma nova trajetória. A medida que as instituições de ensino superior começaram a fazer uso do exame em seus processos seletivos, passaram a catalisar essa mudança que busca inverter a concepção de ensino e que agendou, ao longos dos anos, uma educação compartimentada e com pouca relação com a realidade.

Até pouco tempo, aqueles que desejavam ingressar no ensino superior submetiam-se a um processo seletivo rigidamente separado por disciplina e baseado na memorização de conteúdos. Com o ENEM, há outro processo. A prova é contextualizada, não exige memorização, mas sim raciocínio crítico e se espelha nas habilidades e competências adquiridas durante a escolarização básica.

A cada edição, o número de participantes do ENEM vem se aproximando mais do número de concluintes do Ensino Médio. Com isso, os resultados e os dados levantados geraram um conjunto de indicadores que agrega novas informações ao diagnóstico sobre educação brasileira. Além da prova, os participantes respondem a um questionário socioeconômico que coleta dados de identificação pessoal, condição familiar, trajetória escolar, vida profissional, hábitos culturais, crenças e valores pessoais.

A associação dos resultados da prova com os dados do questionário permite o mapeamento do desempenho dos participantes de acordo com determinadas características como sexo, cor, idade e tipo de escola freqüentada. Esses indicadores são fundamentais para a focalização e maior efetividade das políticas públicas, permitindo que sejam traçadas, também, diretrizes para ações no âmbito da escola. O ENEM apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 390.166 inscritos, prova realizada em 169 municípios do País, com 273 Instituições de Ensino Superior - IES utilizando seus resultados em seus processos seletivos;
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.627.981 inscritos, prova realizada em 277 municípios, com 377 IES utilizando seus resultados;
- Ano 2002 - universo de coleta: 1.817.714 inscritos, prova realizada em 600 municípios, com 380 IES utilizando seus resultados.

## Censo do Ensino Superior

O Censo do Ensino Superior, realizado anualmente, em âmbito Nacional, tem passado por grandes transformações nos últimos anos. Não só pela expansão acentuada deste ensino que vem ocorrendo nos últimos anos, mas, também, pela necessidade de diversificação da sua oferta em face da demanda de formação profissional para o mercado de trabalho.

Abrangendo todas as instituições públicas e privadas de educação superior do País em suas diversas formas de organização acadêmica (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, escolas ou institutos superiores e centros de educação tecnológica) e contemplando os cursos de graduação presenciais e a distância, o Censo do Ensino Superior levanta: o número de instituições, sua distribuição pelas unidades da Federação, capitais e interior, categoria administrativa e organização acadêmica; titulação e regime de trabalho do pessoal docente e técnico administrativo; cursos sequenciais e de graduação com respectivas habilitações; ofertas de vagas, números de candidatos e forma de ingresso; matrículas e concluintes.

Seu conjunto de informações permite o acompanhamento social das políticas públicas, identificando o alcance dos objetivos propostos, as áreas que necessitam de maiores ou menores investimentos e necessidades de ajustes. Para os gestores das Instituições de Ensino Superior - IES, o Censo oferece importantes subsídios para a adoção de iniciativas coerentes e adequadas à realidade institucional e acadêmica. A presente ação apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 1.180 IES, abrangendo 10.585 cursos, com 2.694.245 matrículas.
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.391 IES, abrangendo 12.155 cursos, com 3.033.980 matrículas.
- Ano 2002 - em fase de levantamento, ainda, sem dados preliminares.

## Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão

Concebido em 1996, como um processo destinado a fornecer à sociedade e particularmente à comunidade acadêmica o diagnóstico dos cursos de graduação do País, o Provão consolidou-se como um dos instrumentos para o aperfeiçoamento da oferta desses cursos, mobilizando a comunidade educacional para a necessidade da permanente melhoria da qualidade do ensino e sedimentando a cultura da avaliação na Educação Superior.

O exame, obrigatório para todos os concluintes dos cursos avaliados, verifica o resultado final do processo de ensino-aprendizagem quanto a dois aspectos fundamentais: aquisição pelos alunos de conhecimentos atualizados e o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam enfrentar os desafios da futura profissão.

As provas têm formato específico em cada área avaliada e são compostas de questões objetivas e discursivas, abordando temas referentes à formação profissional básica específica e geral do graduando, bem como às habilidades e ao perfil profissional visando avaliar a capacidade do graduando de desenvolver na vida profissional o que aprendeu durante o curso.

Paralelamente, o exame também levanta por questionário próprio a realidade sócio-cultural do graduando, o ambiente no qual ele desenvolveu o seu aprendizado e a opinião que ele tem do seu curso quanto aos recursos e instalações disponíveis, acervo da biblioteca e laboratório, estrutura curricular e o desempenho dos professores em sala de aula.

O foco do exame, todavia, é sempre o curso, e não o graduando. O desempenho dos alunos fornece os indicadores essenciais sobre a qualidade de sua formação. A leitura conjunta dessas informações possibilita estabelecer graus de correlação entre vários aspectos avaliados nos cursos e o aprendizado demonstrado pelo aluno. Tais dados, relacionados entre si, permitem formar um quadro mais preciso do complexo sistema de educação superior de graduação do País. O Provão apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 18 áreas avaliadas; total efetivo de 213.590 inscritos; 197.840 presentes em 2.888 cursos avaliados.
- Ano 2001 - universo de coleta: 20 áreas avaliadas; total efetivo de 289.339 inscritos, 271.421 presentes em 3.701 cursos avaliados.
- Ano 2002 - universo de coleta: 24 áreas avaliadas; total efetivo de 397.278 inscritos, 370.338 presentes em 5.030 cursos avaliados (dados preliminares).

#### Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação

A Avaliação das Condições de Ensino - ACE consiste na verificação da qualidade do corpo docente, da organização didático-pedagógica e da infra-estrutura dos cursos de graduação. É realizada por comissões de professores que examinam as condições dos cursos no seu próprio local de funcionamento.

A avaliação é condição prévia para que as Instituições possam obter ou renovar o reconhecimento dos seus cursos, medida necessária para emissão do diploma do estudante ao final da graduação. A ACE é também realizada periodicamente para o conjunto de cursos da educação superior que já foram submetidos ao Provão. Estas duas finalidades são complementares à medida que visam informar ao Ministério da Educação e à sociedade se os cursos estão cumprindo as metas de qualidade estabelecidas previamente e se reúnem as condições mínimas necessárias a formação dos futuros profissionais. Ao realizar esta avaliação periodicamente, objetiva-se garantir a permanência desses padrões de qualidade nos patamares desejados. Em 2002, primeiro ano de implantação da ACE, está prevista a avaliação das condições de ensino de 1.900 cursos.

#### Avaliação Institucional

A avaliação institucional é voltada para as condições gerais de funcionamento das instituições de ensino superior. Diferentemente do Provão, que foca os cursos, apóia-se na análise de todas as informações relativas às Instituições e na visita de uma comissão de avaliadores que faz uma verificação do local de funcionamento.

Seus principais objetivos são verificar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que contempla objetivos, metas e ações das organizações; a qualificação e a política de valorização dos professores; a infra-estrutura e a organização institucional, abrangendo a gestão acadêmica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As informações apuradas pela Avaliação Institucional subsidiam o Ministério da Educação nas decisões sobre credenciamento e recredenciamento das IES.

A montagem e o aperfeiçoamento dos instrumentos da avaliação, ocorridos em 2002, deram particular ênfase à capacitação dos avaliadores com o intuito de homogeneizar os procedimentos a serem adotados. Paralelamente foram elaborados manuais para o apoio às equipes de avaliadores na visitas às Instituições, objetivando integrar as informações apuradas em uma mesma base de dados e no mesmo padrão conceitual dos demais processos.

Em 2002, está prevista a avaliação Institucional dos 41 Centros Universitários que ingressaram junto ao MEC com pedido de credenciamento ou recredenciamento.

#### Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais

O papel do INEP propiciou a montagem de um conjunto de indicadores para tomada de decisões pelos políticos, gestores, dirigentes educacionais e sociedade. Trouxe, também, a necessidade de que tais informações alcancem de fato esses públicos distintos.

Essa tarefa complexa, de atendimento diferenciado e muitas vezes individualizado, é realizada com o auxílio de várias ferramentas como internet, publicações, palestras e eventos.

O INEP conta, também, com uma linha editorial própria responsável pela publicação de obras de referência em educação.

No atendimento ao público interno encontra-se o Centro de Informações e Biblioteca em Educação - Cibec, que realiza atendimento pessoal, por e-mail, telefone ou carta.

Parte dessa demanda por informações origina-se de pesquisadores e especialistas que muitas vezes requerem levantamentos especiais ou microdados estatísticos. O INEP dispõe, para esse fim, de uma coordenação formada por técnicos capacitados que respondem pelo relacionamento com esse público.

Paralelamente aos serviços criados para atender as solicitações previamente encaminhadas, há uma oferta crescente de produtos e serviços em que o próprio usuário busca a informação de que necessita via internet.

O impacto provocado na opinião pública, a partir da divulgação dos Censos e Avaliações Educacionais, deve-se em grande parte à cobertura da mídia. Como parte do processo de disseminação, o INEP mantém uma assessoria de imprensa que tem como função informar os veículos de comunicação a respeito das pesquisas realizadas, produzindo textos específicos para atender a demanda dos jornalistas, detalhando dados e conceitos.

A disseminação de informações pelo INEP apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 1.159.204 usuários internet; 4.581 usuários da biblioteca; 21 eventos realizados; 77 títulos publicados e 80 mil publicações distribuídas.
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.845.566 usuários internet; 4.105 usuários da biblioteca; 72 eventos realizados; 144 títulos publicados e 120 mil publicações distribuídas.
- Ano 2002 - universo de coleta: 2.224.847 usuários internet; 3.904 usuários da biblioteca; 41 eventos realizados; 336.250 títulos publicados, 317.750 publicações distribuídas (dados preliminares).

#### Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIED

O SIED foi desenhado para que as diversas bases de dados do INEP estivessem integradas, servindo de suporte aos diferentes programas empreendidos, tanto pelo MEC como pelos demais usuários das informações educacionais. Para

esse fim, o Sistema foi concebido logo no início da reestruturação do INEP e atualmente, do ponto de vista da sua aplicabilidade, encontra-se numa fase bastante avançada principalmente no que se refere aos levantamentos estatísticos da educação superior, casos em que o SIEd reúne na mesma plataforma operacional a coleta de dados e o acesso das informações aos usuários.

Na Educação Básica, o módulo SIEd Censo Escolar tornou possível a montagem do cadastro nacional das escolas de educação básica e a base que reúne todas as informações censitárias em cada nível de ensino.

Na Educação Superior, o SIEd-Sup, outro módulo, permite que todo o levantamento aconteça pela internet, integrando ainda a base de dados a outros sistemas operacionais como o cadastro de Educação Superior, uma ferramenta de consulta disponível ao público, que agrega informações de todos os cursos e instituições do País.

As metas e ações do Programa têm características técnicas e metodológicas tão específicas que são determinantes de sua implementação. Assim, por exemplo, no caso das avaliações da Educação Básica efetivadas pelo INEP, todas de âmbito nacional, embora igualmente referenciadas pelas metodologias de provas aplicadas aos alunos na implementação do ENEM, do SAEB e do Enceja possuem características absolutamente distintas, em atendimento a concepção e aos objetivos de cada um deles:

- O SAEB tem a Matemática e a Língua Portuguesa como disciplinas básicas que constituem as provas, podendo haver a inclusão de outras disciplinas em diferentes edições do Exame. É aplicado a cada dois anos para alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Como foi concebido para comparar o desempenho das redes de ensino, é amostral, o que determina que sua aplicação nas escolas definidas pela amostra seja articulada em todas as suas etapas com as secretarias estaduais de educação.
- O ENEM, configura-se como uma proposta de avaliação do desempenho individual, aferindo o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania de concluintes ou egressos do Ensino Médio. O Exame é voluntário e são isentos da taxa de inscrição os concluintes de escolas públicas e os que se declaram carentes. A prova é multidisciplinar e única, sendo oferecida sua aplicação em determinado número de municípios, previamente determinados, conforme distribuição de concluintes e participantes do ano anterior e instituições de ensino superior que utilizam.
- O Enceja é proposto como uma referência de avaliação nacional para todos que não concluíram a educação básica, sendo também importante instrumento para avaliação dos programas de educação de jovens e adultos. Educação que se configura numa modalidade estratégica de esforço em busca de igualdade de acesso à educação como bem social.

Em 2002 o INEP está realizando a primeira aplicação do exame, em parceria com quinze secretarias de educação, para fins de certificação de conclusão em nível do ensino fundamental e médio.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aplica-o, também, em 51 municípios para 14.212 inscritos na pesquisa qualitativa para avaliação do programa recomeço, financiado pelo Fundo.

As provas do Enceja, elaboradas pelo INEP, correspondem às quatro áreas do conhecimento estabelecidas na Base Nacional Comum, sendo Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Artística e Educação Física; História

e Geografia; Matemática; Ciências Naturais, para o Ensino Fundamental e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, para o Ensino Médio. A implementação do Encceja é compartilhada com Secretarias de Educação de municípios e estados parceiros, por adesão, cabendo-lhes a definição e divulgação dos critérios quanto à sua utilização para fins de certificação, realização de inscrições, cadastro de inscritos, aplicação das provas e divulgação dos resultados.

**O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais** é do tipo Serviços ao Estado e o público-alvo que consta no PPA é Governo.

Caracterização do público-alvo: o conceito proposto para público-alvo não é adequado a programas criados em atendimento à demanda da sociedade, uma vez que é definido para programas gerados a partir de problemas. No caso do Programa em pauta as demandas da sociedade são, ao mesmo tempo, difusas em sua abrangência e específicas quanto a determinação legal, o que inviabiliza a caracterização do público-alvo.

Dimensionamento do público-alvo: o conceito de dimensionamento refere-se a programas gerados a partir de problemas relacionados às ações típicas de Estado. Os que caracterizam as demandas da sociedade não propiciam dimensionamento de público-alvo para a adequada definição das metas físicas conforme o determinado.

O Programa não tem pesquisa de satisfação do público-alvo. Considerando que o Programa abrange eminentemente funções inerentes a atividades exclusivas de Estado, estando a cargo de uma Autarquia Federal, há que se avaliar o cumprimento da missão institucional. Sendo o usuário o Estado, sua satisfação é medida pelos controles pertinentes. Os demais beneficiários/usuários tornam-se por demais difusos para que seja considerada a aplicação de pesquisas nesse sentido.

O Programa não conta com parceiros na execução das tarefas ou no cumprimento das metas enquanto apoio de terceiros com recursos financeiros, materiais ou humanos que não sejam contrapartida ou atribuição legal.

Porém, no que diz respeito a outros projetos que contribuíram para a implementação do Programa, embora não constem do PPA vigente, o INEP integrou um amplo conjunto de iniciativas multilaterais ligadas ao desenvolvimento de indicadores comparáveis e algumas devem ser citadas tanto pelo desafio que representaram, quanto pelos benefícios que geraram. As principais, nesse contexto, são o Projeto Mundial de Indicadores - WEI, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação e o projeto de indicadores educacionais do Mercosul.

A participação do Brasil nestas iniciativas trouxe pelo menos três grandes benefícios: primeiro, a possibilidade de cooperação técnica numa área que exige constante aprimoramento teórico e metodológico; segundo, a oportunidade de situar o desempenho do sistema educacional brasileiro frente ao de outros países. Além disso, ao inserir-se em projetos internacionais, o Brasil passou também a influir na definição dos indicadores e no tratamento das informações, o que permite instrumentos e enfoques que contemplem a diversidade dos países envolvidos e possibilitam diagnóstico mais preciso das suas realidades educacionais.

## Implementação

## Gestão da Política de Educação

**Resultados** Este Programa, caracterizado como de Gestão de Políticas, não possui indicadores. Seu principal objetivo é apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas na área da educação.

Considerando a tipicidade do Programa **Gestão da Política de Educação** e sua abrangência no MEC, o mesmo não possui um público-alvo bem definido, ou melhor, não tem um reflexo direto na sociedade, de modo que se perceba, explicitamente, algum prejuízo ou benefício decorrente da sua implementação. No entanto, sobressaem-se as atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo INEP e pelo FNDE.

**Concepção** Não foi exatamente um problema ou demanda da sociedade que concorreu para que o Programa fosse criado. As ações que integram o Programa de **Gestão da Política de Educação** já eram executadas e foram elencadas porque tinham como finalidade contribuir para o atingimento do objetivo proposto. Dessa forma, é evidente que para cada ação exista uma demanda exclusiva.

O Programa é composto de oito ações das quais cinco são destinadas a fornecer o suporte técnico-administrativo às atividades desenvolvidas no âmbito das secretarias finalísticas do MEC, que promovem e implementam as políticas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Tecnológico, Educação Especial, Educação a Distância e Ensino Superior. Abrangem atividades permanentes voltadas ao aprimoramento de cada modalidade de ensino, dando sustentação às iniciativas empreendidas, possibilitando estudar, analisar, treinar, supervisionar e acompanhar seus planos de trabalho, que correspondem às diversas ações que integram os demais programas típicos do MEC, no PPA 2000/2003.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada. Como as ações são implementadas por diversos órgãos, envolvendo duas autarquias, um colegiado e cinco secretarias e cada ação possui peculiaridades próprias, fica difícil o conhecimento por parte da gerência do Programa, sobre a forma de trabalhar, de articular, de coordenar, entre outros tópicos, inclusive, porque não existe uma orientação dirigida especificamente para o gerenciamento deste Programa. Seria necessário que os órgãos responsáveis dispusessem de mecanismos apropriados, de um sistema que atendesse aos objetivos próprios do gerenciamento quanto à implementação/gestão das suas ações, o que requer, sobremaneira, recursos humanos e materiais, cuja escassez dos recursos orçamentário-financeiros consignados às ações, somada a outras condições, impossibilitam.

**Implementação** No seu conjunto, as ações do Programa obtiveram, em média, o desempenho financeiro de 94% em 2000, de 85% em 2001 e de 80% em 2002. Saliente-se que problemas conjunturais da economia, não têm permitido um aporte de

Gerente:

Marluce Araújo de Lucena

recursos, quer financeiro, humano e material, num nível satisfatório, para uma melhor performance dessas atribuições, refletindo-se na execução, que decaiu a cada ano do período analisado, especialmente em 2002, quando o Decreto nº 4.231/2002, estabeleceu restrições que afetaram imensamente a execução de despesas pertinentes a tais ações. As outras três ações serão destacadas a seguir:

## Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional

Engloba todas as atividades desenvolvidas pelo CNE, órgão colegiado do MEC, que tem por finalidade colaborar na formulação da política nacional de educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro, visando zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que o regem.

Como resultados de 2000, destacam-se: a Resolução CNE/CEB 01/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estudos e audiências públicas sobre a Regulamentação da Educação a Distância, a Reestruturação do Curso Normal no Ensino Superior e as Diretrizes Curriculares para Formação de Docentes.

No exercício de 2001, o CNE promoveu discussões e deliberou sobre temas como Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Área da Saúde e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação no Campo.

Com o objetivo de disseminar as novas Diretrizes Curriculares homologadas pelo MEC, ouvir diferentes segmentos sociais a respeito do tema e convocar a todos para zelar pela sua observância, a Câmara de Educação Básica deu início à Mobilização Nacional pela Nova Educação Básica. Realizando, para tanto, reuniões de consulta com vários segmentos da sociedade (setor empresarial, conselhos profissionais, associações da área da educação e científicas, universidades, representantes da justiça, do mundo cultural e artístico, ONGs, entidades sindicais, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e secretarias estaduais do trabalho, comissões de educação do Senado e da Câmara Federal, comissões de educação das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores das cidades com segundo turno eleitoral, gestão dos sistemas de ensino e áreas governamentais, professores e especialistas, Unesco, OIT, Unicef, PNUD, BIRD e BID, profissionais liberais e outras pessoas de destaque na vida nacional em diferentes áreas).

Em 2002, destaca-se a aprovação do plano de trabalho do CNE para o período 2002-2004, que corresponde ao principal instrumento institucional de gestão e de planejamento organizacional do Conselho, estabelecendo o referencial para prosseguimento da execução de suas finalidades. Embora iniciado em abril de 2002, apenas em outubro este plano foi aprovado, podendo ocorrer que a implementação de muitas ações somente seja possível em 2003. Para 2002, as atividades do CNE incluíram o acompanhamento do Plano Nacional de Educação - PNE, o que deve envolver o desenho de mecanismos/procedimentos e um adequado planejamento das ações educacionais pelos três entes federativos, devendo contar com a participação dos diversos atores sociais e governamentais. O Conselho propõe-se a participar da articulação entre todos os envolvidos de forma a acompanhar a implantação do PNE e a elaboração dos planos estaduais e municipais.

Nesse sentido, destacam-se quatro portarias importantes, instituindo: a Comissão de Acompanhamento da Implantação do PNE e de Análises das Estatísticas Educacionais; a comissão permanente com a finalidade de realizar estudos e encontros sobre os grandes temas da educação brasileira, mediante a promoção do diálogo entre as gerações de educadores e de representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário; a comissão permanente para promover estudos e ações voltadas para a implementação e o acompanhamento do Programa de Memória

e Informação do CNE; e a comissão permanente para desenvolver ações voltadas para o acompanhamento do regime de colaboração do Conselho Nacional com os conselhos estaduais e municipais de Educação.

#### Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação

Desenvolvida pelo FNDE que, além de combater a evasão de receitas que constituem a principal fonte de financiamento a projetos voltados para o Ensino Fundamental público, inspeciona escolas da rede privada, prestadoras do serviço.

Por meio desta ação, busca-se assegurar que as empresas recolham a contribuição de 2,5% sobre a folha de pagamento, para o salário-educação, bem como inspecionar as escolas prestadoras de serviços nas modalidades Escola Própria e Aquisição de Vagas, visando comprovar o efetivo atendimento aos alunos indicados pelas empresas optantes por aquelas modalidades.

Complementando as fiscalizações empreendidas pelo INSS, o FNDE, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados examinam nas próprias empresas a documentação pertinente, resultando, quando for o caso, nas conseqüentes medidas, e, através de sistema informatizado são efetuados, rotineiramente, todos os cruzamentos entre os dados provenientes das escolas, além de examinar documentos peculiares às atividades de ensino.

Em 2000 e 2001, a ação Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação pertencia ao Programa Arrecadação do Salário-Educação, extinto a partir de 2002.

Em 2001, merece destaque o Programa Integrado de Inspeção em Empresas e Escolas - Proinspe, integrante desta ação, com o objetivo de fiscalizar a regularidade da situação de empresas e escolas, em relação às contribuições devidas para o salário-educação. Neste ano, uma amostragem permitiu que fossem efetuadas nas empresas optantes pelo Sistema de Manutenção do Ensino - SME, 328 notificações, das quais 157 decorrentes de informações fiscais de débito do INSS.

Em 2002, foram intensificadas as ações de controle e inspeção mediante auditorias preventivas e orientativas, bem como inspeções quanto à regular aplicação dos recursos transferidos à conta de outras ações financiadas pelo Salário-Educação. O número de inspeções realizadas em 2002 foi de 1.686. No que tange ao Controle da Arrecadação do Salário-Educação e ao Sistema de Manutenção do Ensino - SME, inspeção realizada significa o número de empresas fiscalizadas. Já no acompanhamento da regular aplicação dos recursos provenientes do salário-educação, inspeção realizada é o somatório de situações auditadas (por exemplo: convênios auditados e transferências fiscalizadas).

#### Estudos e Pesquisas Educacionais

A cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas visando beneficiar formuladores e gestores de política educacional.

É subsidiária às demais ações desenvolvidas no âmbito do INEP concentrando-se na complementação de estudos voltados ao financiamento da educação, tendo como tema central a análise do financiamento e gastos sociais em educação e suas relações com a produtividade do sistema educacional brasileiro. Tem contado com a colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante descentralização de recursos para o seu desenvolvimento. Em 2002, foram descentralizados para a UFMG, recursos complementares visando dar

continuidade ao convênio que objetiva a Análise do Financiamento e Gastos Sociais em Educação e Relacioná-los com a produtividade de Sistema Educacional Brasileiro, desenvolvida no âmbito do programa Comunidade Gestora de Informações Educacionais. O levantamento de dados sobre este tópico é mais uma importante atividade desenvolvida pelo INEP, ligada à produção de informações e indicadores. O esforço realizado nessa área, desde 1999, centrou-se, principalmente, no aprimoramento da metodologia de apuração e estimativa das informações. Tem permitido identificar como é feita a distribuição de recursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino dos governos municipais, estaduais e Federal e subsidiar projetos internacionais.

Os indicadores são apresentados para cada unidade da Federação e incluem informações como gasto total em moeda corrente e o percentual de gasto com educação em relação ao PIB. Outro dado produzido é o gasto médio por aluno/ano para cada nível de ensino.

A produção de indicadores sobre gasto com educação foi retomada pelo INEP em 1997, em cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Essa parceria era necessária uma vez que o conjunto de indicadores utilizados para determinar tais gastos não se restringia ao escopo do MEC. Para efeito do cálculo, são analisados os balanços da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e de uma amostra representativa dos municípios.

Em 2001, o INEP passou a se responsabilizar por essa atividade. Para aprimorar e agilizar o processo de tratamento das informações, também desenvolveu e está implementando o Sistema Nacional de Informações de Gasto Social - SING, que possibilita coletar e tratar os dados de financiamento e gasto segundo a finalidade e não pela sua função, a partir dos balanços já publicados pelos municípios, estados e Governo Federal e apresenta como resultado os gastos consolidados de cada esfera de governo, incluindo as administrações direta e indireta.

Essa tarefa tem se constituído em um desafio permanente devido a inexistência de padronização nos programas e subprogramas expressos nos balanços dos governos estaduais e municipais, o que exige tratamento individualizado de cada informação apresentada.

O gasto social compreende todas as despesas públicas que tenham como objetivo beneficiar diretamente e promover o bem-estar de uma população-alvo, em um ano de referência. Ao conhecer o gasto social, o Governo consegue avaliar com mais eficácia a destinação dos recursos financeiros sob sua responsabilidade. O cálculo serve também para definição da proposta orçamentária na esfera municipal e estadual.

Destaque-se que a implementação de projetos desse tipo envolve permanente esforço de articulação e parceria com os demais órgãos do MEC, bem como com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Universidades, instituições de pesquisa e organismos de cooperação internacional. Além disso, o desenvolvimento metodológico nesta área foi impulsionado pela participação do Brasil, a partir de 1997, em projetos internacionais, especialmente no projeto-piloto *World Educational Indicators - WEI*, promovido pela Unesco/OECD.

Em 2002, esses estudos foram realizados a contento, com a execução de 100% dos recursos previstos.

Em 2003, inicia-se uma nova administração de Governo e podem ocorrer algumas adequações na programação a ser implementada. Contudo, destacam-se ações importantes como as atividades desenvolvidas pelo CNE, em especial para aquelas que envolvem vários atores dos diferentes segmentos sociais com o propósito de discutirem as Diretrizes Curriculares Nacionais, com vistas a promover o seu aperfeiçoamento e a convocar todos para zelar pela sua observância e, sobretudo, o monitoramento da implementação do PNE. Também têm seu mérito as iniciativas do INEP, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas visando beneficiar formuladores e gestores de política educacional, ressaltando-se, ainda, a preocupação do FNDE quanto a evitar irregularidades, na arrecadação como na aplicação do Salário-Educação, o que, certamente, refletirá em maior disponibilidade de recursos destinados ao Ensino Fundamental público, beneficiando com maior qualidade um maior número de alunos na faixa etária correspondente.

Na Coordenação-Geral da CPS/SPO, o gerente do Programa **Gestão da Política de Educação** interage com os gerentes dos diversos programas do MEC, de forma a promover a internalização do Modelo de Gestão do PPA, orientando e apoiando no processo de elaboração, revisão, acompanhamento e avaliação.

O Programa não demandou capacitação específica, ou melhor, o não-treinamento de suas equipes não teve interferência direta e significativa no desempenho das ações afetas. Contudo, a exemplo do que ocorreu no *workshop* de gerenciamento do PPA: Desafios dos Programas Gestão de Políticas Públicas, em 2002, seria conveniente que o Ministério do Planejamento promovesse um evento para participação dos responsáveis pelas várias ações que compõem esses programas, no Governo Federal, para troca de experiências e um possível posicionamento quanto à oportunidade das ações que os integram.

## Hospitais de Ensino

### Resultados

As dificuldades no sistema de saúde pública são incessantes. A falta de recursos tem sido a principal queixa do gestor público, entretanto as dificuldades são mais complexas, tendo assim o Governo um papel fundamental, não apenas de um órgão fiscalizador, mas também como um parceiro, trabalhando para implementação de uma mudança organizacional, com propósitos mais competitivos frente ao mercado nacional e internacional no que diz respeito à assistência, à pesquisa e ao ensino. Baseado neste cenário, o Ministério da Educação vem desenvolvendo um banco de dados com indicadores de todos os hospitais vinculados às Universidades Federais, que possibilita através das informações fornecidas pelos diretores dos hospitais, acompanhar a evolução da gestão, assim como identificar os pontos em que deve atuar de forma mais eficaz.

A sociedade é o público-alvo, e também o instrumento para que os hospitais universitários possam realizar assistência, ensino e pesquisa. A maior prova da sua importância é o fato de que um em cada dez brasileiros são usuários dos hospitais universitários.

Essa rede de hospitais é composta de 45 unidades pertencentes a 29 Instituições Federais de Ensino localizadas em vinte estados e no Distrito Federal. Os Hospitais Universitários - HU são unidades de saúde, únicas em algumas regiões do País, capazes de prestar serviços altamente especializados, com qualidade e tecnologia de ponta, à população, garantindo, também, o suporte técnico necessário aos programas mantidos por diversos centros de referência estaduais ou regionais e à gestão de sistemas de saúde pública, de alta complexidade e de elevados riscos e custos operacionais.

São, ainda, importantes centros de formação de recursos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços de assistência à população possibilita o constante aprimoramento do atendimento, com a formulação de protocolos técnicos para as diversas patologias, o que garante melhores padrões de eficiência e eficácia, colocados à disposição para a Rede do Sistema Único de Saúde - SUS. Essa forma sistêmica de tratar a saúde, fez com que, ao longo do tempo, os hospitais assumissem um papel que alterou sua estrutura e padrões de funcionamento. Com efeito, na mesma medida em que se tornaram grandes centros hospitalares, a importância das atividades assistenciais passou a ser tão relevante quanto as funções de ensino e pesquisa.

Assim, uma das formas de respaldar este novo contexto, principalmente em função de uma demanda reprimida de atendimento à saúde da população, impondo um aumento de produtividade, foi a instituição, no segundo semestre de 1999, do Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Universitários Federais, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, o qual é identificado dentro do orçamento deste Ministério e no Plano Plurianual, como Apoio ao Funcionamento dos Hospitais de Ensino. Nesta Ação, cada um dos ministérios tem destinado ao reforço do custeio dos Hospitais de Ensino, mantidos pelas instituições federais de ensino superior, recursos de seus respectivos orçamentos. No caso do MEC, este valor, em 2002, foi de aproximadamente R\$ 31 milhões, dos quais 99,2% foram liquidados.

**Gerente:**  
**Atílio Mazzoleni**

Objetivando não haver distorções quanto às metas a serem seguidas no programa interministerial, princípios essenciais foram acordados

por meio de um termo de adesão, sem o qual a instituição fica impedida de participar. Cabe destacar alguns pontos desse termo como: atuar no atingimento das metas previstas no Programa de Saúde da Família e da Mulher, instituído pelo Ministério da Saúde, para o quinquênio 1998-2002; participar, sempre que convocada, nos programas emergenciais de atenção à saúde da população em regime de mutirão; criar novos leitos, somente após decisão conjunta com o MEC; priorizar implantação de custos hospitalares; participar em cursos de aperfeiçoamento de gestão; pactuar com o gestor público nas comissões bi e tripartite e conselhos de saúde, participando na elaboração das políticas local e regional de saúde e estabelecendo uma relação adequada entre demanda e oferta de serviço, sem prejuízo para o ensino; incentivar um programa de combate à infecção hospitalar, visando obter eficácia no controle e qualidade nos procedimentos; e não utilizar os recursos para acréscimo do atual quadro de pessoal.

O sucesso do programa, apesar de instalado há apenas três anos, já é claramente perceptível. A produtividade e a qualidade da gestão da grande maioria dos HU aumentou, e os usuários do SUS e estudantes da área da saúde, clientes diretos dessas instituições de ensino, pesquisa e assistência, têm sido diretamente beneficiados por este importante instrumento de política governamental.

Um exemplo promissor é a elevação progressiva da porcentagem de atendimentos ambulatoriais e hospitalares de complexidade terciária dos HUs, visando zerar o atendimento de complexidade primária e reduzir o de complexidade secundária, utilizando-os apenas para confirmação de diagnósticos. Neste sentido, pode ser demonstrada a frequência de alguns procedimentos/ano que são efetuados: cerca de 2 mil transplantes, 5 mil cirurgias cardíacas, 6 mil neurocirurgias, 15 mil em oncologia. Estes números representam praticamente 50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes, 50% de neurocirurgias e 65% das cirurgias de má-formação craniofaciais realizadas no País.

Outros números podem confirmar os benefícios/ano que os HU representam para todo o Sistema de Saúde, e conseqüentemente, o êxito da gestão do programa interministerial vinculado a toda a estrutura montada, principalmente ao que diz respeito ao Sistema de Informação dos Hospitais Universitários - SIHU, que é a fonte para a elaboração da matriz de distribuição de recursos dos hospitais. Conforme dados apurados, destacam-se: mutirões de catarata, próstata, varizes, hérnia e demais campanhas nacionais, que beneficiaram mais de 290 mil pessoas; Produção Científica Brasil correspondente a cerca de 350 teses, 750 dissertações, 850 livros publicados, 2.500 artigos em revistas, 8 mil trabalhos em congressos e 3 mil palestras; recuperação do parque tecnológico, com a aquisição de quase 10 mil equipamentos, 80 mil m<sup>2</sup> de reformas e 40 mil m<sup>2</sup> de construção e/ou ampliação; definição de indicadores, por meio do banco SIHU, baseado na relação ideal de exames laboratoriais e raio X por internações e consultas; cirurgias por salas e cirurgiões, consultas por salas ambulatoriais, internações por leito, kg de roupa lavada por internações e cirurgias, refeições por internações e residentes, e leitos por médico, enfermeiros, auxiliar e técnico de enfermagem.

Finalizando, faz-se necessário destacar que paralelamente a estes ganhos obtidos junto aos HUs, tendo-se sempre como base as informações contidas no banco SIHU, o Ministério da Educação concedeu um recurso adicional que irá incrementar em quatrocentas bolsas de residência médica, e após negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o acréscimo de 3.300 vagas de técnicos da área da saúde.

Espera-se que, em 2003, haja maior inserção dos hospitais universitários no sistema único de saúde. Com a autorização de concurso para 11 mil contratações de técnicos de atividade-fim, haverá um menor comprometimento da receita

em terceirização, capacitação dos servidores e melhoria das instalações físicas. A autorização dos plantões hospitalares pelo Ministério do Planejamento fará com que docentes e técnicos do quadro atendam 24 horas com qualidade na assistência e no ensino.

Sobre os indicadores previstos no Programa, vale comentar: aumentar a relação entre leitos ativos/médicos residentes elevaria o atual quantitativo de leitos hospitalares de quase 11 mil para 18 mil e seria impossível mantê-los. Quanto à relação internos/docentes médicos, esta foi aumentada, pois as IFES aumentaram de dois semestres para três semestres o período de internato, melhorando assim o indicador. Mas certamente o mais apropriado seria ter o indicador de procedimentos de alta complexidade/paciente internado, internações/leito e atendimentos médicos/profissionais (docente e médico).

## Concepção

Há necessidade de criar condições mais favoráveis ao aumento da quantidade/qualidade da assistência hospitalar e ambulatorial, e assim possibilitar um melhor atendimento a partir da formação de profissionais de ciências da saúde mais qualificados.

Os indicadores deveriam ser mais próximos aos do Sistema de Informações dos Hospitais Universitários Federais/Secretaria de Ensino Superior/MEC, por se tratarem de dados repassados, semestralmente, pelos dirigentes das instituições e validados por técnicos da área após reuniões, visitas técnicas e relatórios de atividades de ensino/assistência.

Existe um sério problema na apresentação dos resultados, isto se deve ao fato de que os quase R\$ 600 milhões da receita SUS (prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde) e as mais de 11 milhões de consultas, as 390 mil internações e as 480 mil cirurgias não são informados, isto porque o orçamento está alocado no Ministério da Saúde e não aparece no Programa **Hospitais de Ensino**, que tem como o grande volume de recursos a alocação, indevida, à folha de pagamento de pessoal do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

As ações de assistência, ensino e pesquisa deveriam ser mais discutidas com o Ministério da Saúde, tomando por base um trabalho de convencimento dos dirigentes, mostrando a importância das metas contidas no Programa Interministerial, que passam pela assistência, ensino e melhor gestão do recurso público.

A criação de um banco de dados dos hospitais, com informações refinadas e confiáveis, permitiu a implantação e acompanhamento de uma política de desenvolvimento para os HU, bem como um maior controle e sistematização do trabalho em nível nacional, sem, no entanto, perder a visão particular e atentar para as peculiaridades individuais de cada uma das unidades.

A presente avaliação poderia causar uma grande distorção, pois a maior parte dos recursos está alocada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, destinado ao pagamento da folha de pessoal. Há um relatório detalhado da utilização dos recursos conforme cronograma feito pela Coordenação-Geral dos Hospitais Universitários.

A Secretaria de Educação Superior desenvolveu o Sistema de Informações dos Hospitais Universitários Federais - Sihuf, com indicadores de todos os hospitais vinculados às Universidades Federais. A produtividade e a qualidade da gestão da grande maioria dos hospitais universitários aumentou, e os usuários do SUS e estudantes da área da saúde, clientes diretos dessas instituições de ensino, pesquisa e assistência, têm sido diretamente beneficiados por este importante instrumento de política governamental.

## Implementação

Com a consolidação do Sihuf, é possível identificar semestre a semestre, as transformações ocorridas nos hospitais universitários, seja através da solução de alguns problemas detectados até a viabilização de planejamento e conseqüente organização do trabalho a ser desenvolvido.

Principais Parceiros: Ministério da Saúde, cuja vantagem é a disponibilidade de R\$ 30 milhões para o custeio dos HU e as secretarias de saúde, cuja vantagem é o contrato de metas vinculado ao fator de incentivo ao desenvolvimento, ensino e pesquisa.

Existe um programa do Ministério da Saúde, que premia os hospitais com os maiores índices de satisfação dos usuários, de acordo com pesquisa respondida pela comunidade assistida.

O desempenho do Programa sofre alguns entraves, na medida em que sua execução é totalmente descentralizada, sem subordinação hierárquica direta dos hospitais universitários ao MEC. Sendo assim, a coleta de informações, muitas vezes se dá em um tempo diferente daquele esperado pelo Programa.

## Toda Criança na Escola

### Resultados

Ao longo do período 2000-2002 cerca de 92% dos investimentos realizados correspondem a cinco principais ações, quais sejam: Alimentação Escolar, Complementação do Fundef, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola e Bolsa Escola. Estes investimentos têm contribuído para a estruturação da escola de forma a dar condições de acesso, de permanência e de conclusão do Ensino Fundamental aos alunos.

O destaque maior foi o Bolsa Escola, cujos recursos são direcionados às famílias necessitadas, de acordo com a seleção prévia feita pelo município, minimizando a interferência política no processo de atendimento. Em seu primeiro ano, no exercício de 2001, a prioridade do Bolsa Escola foi promover a adesão de todos os municípios brasileiros. Buscando atingir esta meta, a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola se mobilizou, dando ampla divulgação ao programa, além de fornecer orientações quanto à sua implantação nos municípios.

Já em 2002, mais amadurecido e em busca da sua consolidação, o enfoque do Bolsa Escola se voltou para a avaliação, monitoramento e o controle que vêm sendo gradualmente implementados e incrementados. Um dos grandes desafios de um programa social deste porte, com execução fortemente descentralizada, está em minimizar as fragilidades na interação entre o gestor federal e os municípios. Essa foi a tônica que orientou o Bolsa Escola este ano.

A partir da criação do Programa, foi iniciada uma série de ações que permitiram sua efetiva implementação em 99,7% dos municípios brasileiros, graças a uma grande mobilização para a adesão dos municípios e divulgação na sociedade. Além do uso de veículos de comunicação, da página do Bolsa Escola no portal do Ministério da Educação e da distribuição de material às prefeituras, foi criada a Caravana do Bolsa Escola, que percorreu o País divulgando o Programa nas reuniões de associações de prefeitos, da União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem, entre outras.

Todo esse esforço, mais o comprometimento de prefeitos, secretários de educação, professores e da equipe que coordena o Bolsa Escola Federal, garantiram a sua implementação num curto período. O ano de 2001 encerrou com a adesão total de 5.470 municípios, alcançando 98% dos 5.561 municípios brasileiros. Isso representou mais de 8,2 milhões de crianças pertencentes a 4,8 milhões de famílias carentes. Ao longo daquele exercício foram transferidos R\$ 409,9 milhões em benefícios.

Em 2002, a ação foi ampliada, faltando apenas a adesão de quinze municípios, do universo de 5.561, e o atendimento estendeu-se a cerca de 5,1 milhões de famílias, beneficiando aproximadamente 8,7 milhões de alunos.

Fruto de parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, no final de 2002 foi publicado um livro contendo experiências no desenvolvimento de ações socioeducativas. O livro, a ser distribuído às prefeituras e instituições de Ensino Fundamental, possui 31 experiências exemplares de ações socioeducativas, selecionadas com base nos seguintes critérios: abrangência da ação; efetividade da permanência dos alunos na escola; criatividade das atividades propostas; adequação à realidade e à cultura locais; condições da escola e comunicação da mesma com a comunidade e os alunos e pertinência da temática escolhida para a ação (ética, saúde, meio ambiente, cultura, orientação

**Gerente:**

**Wilma Luíza Santana**

sexual etc). O principal objetivo dessa publicação é servir de referência para o desenvolvimento das atividades extraclasse em períodos complementares aos das aulas - contrapartida exigida aos municípios para a adesão ao Bolsa Escola Federal.

Convém registrar que a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola vem desenvolvendo esforços quanto ao provimento de pessoal qualificado para compor a equipe de trabalho do Programa, destacando-se, em 2002, a realização de cursos de capacitação de pessoal, bem como a incorporação de novos servidores provenientes da carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Com a finalidade de reunir um conjunto diverso de orientações para os gestores municipais e outros parceiros do programa, foi desenvolvido o Manual Bolsa Escola, disponibilizado em versão eletrônica, visando, além da capacitação, estabelecer um canal de comunicação entre os agentes envolvidos. Merece destaque, também, a crescente utilização do Fala, Brasil, um canal de comunicação direta da sociedade com o MEC, por meio da linha 0800 61 6161 e da internet.

A ação Alimentação Escolar, conforme determina a Constituição, tem caráter suplementar e, desde 1999, teve a sua descentralização universalizada, mediante repasse automático de recursos às entidades executoras (Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação), visando garantir merenda escolar de boa qualidade, respeitando hábitos alimentares, estimulando a aquisição de produtos da região - produtos básicos em sua maioria (arroz, feijão, verduras, carnes, frutas etc.). Com aporte de R\$ 900 milhões para 2002, dos quais foram liquidados R\$ 848,7 milhões, a merenda escolar foi servida durante duzentos dias do ano letivo, a mais de 36 milhões de alunos matriculados no Ensino Fundamental e Pré-escolar da rede pública e de escolas filantrópicas, tornando-se insubstituível nas camadas mais pobres da população.

Cabe registrar, entretanto, que a ação Alimentação Escolar, cujo per capita é de R\$ 0,13 por aluno/dia, tem sido alvo de inúmeros pleitos de reajuste do valor, os quais são oriundos das entidades executoras (prefeituras, secretarias de educação) e de outros representantes dos interesses da população, tais como, deputados, senadores e membros dos conselhos de alimentação escolar nos municípios. Os recursos têm sido insuficientes para se alcançar o valor nutricional desejado na merenda escolar, que é um benefício estratégico para manutenção da criança na escola. Embora a ação do Governo Federal tenha caráter suplementar, constata-se que, por razões diversas, mas sobretudo devido à escassez de recursos, a grande maioria dos municípios não faz a complementação com recursos próprios.

Ademais, deve-se lembrar que este valor per capita foi estabelecido há mais de oito anos e que no decorrer desse período vem sendo implantada uma série de mudanças e aprimoramentos, que possibilitaram melhoria da qualidade da ação e otimização da aplicação dos recursos. Todavia, existem aumentos de preços, em todas as regiões do País, que não podem ser ignorados.

Neste caso, não se trata apenas de ampliar uma ação governamental carreado mais recursos financeiros, mas de manter o benefício conquistado por essa população de cerca de 37 milhões de estudantes e de manter a efetividade do gasto público.

Não obstante, a universalização do Ensino Fundamental, objetivo do Programa, vem sendo alcançada. Isso significa disponibilizar escolas a todas as crianças que se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos, idade própria para esse nível de ensino.

Os bons resultados obtidos nas ações dos programas da área de educação, em geral, têm sido decorrentes de fatores variados: o aprimoramento do censo escolar, pois o número de alunos passou a ser a base para definição e cálculo do volume de recursos a serem repassados; o critério de destinação de verbas passa a ser técnico, na maioria das ações; o processo de descentralização de recursos; instituição de conselhos para o exercício do controle social; e a continuidade das ações e constante busca de aperfeiçoamentos.

.....

Vale destacar algumas ações e suas características: Alimentação Escolar - atendimento universal, repasses mensais a todos os municípios brasileiros; Bolsa Escola - atendimento universal, repasses mensais a 5,1 milhões de famílias; Dinheiro na Escola - repasses anuais aos 5.561 municípios e repasses diretos a cerca de 75 mil escolas que possuem unidades executoras próprias.

## Concepção

A ação Alimentação Escolar, também universal, possui repasse automático de recursos às entidades executoras, visando garantir merenda escolar de boa qualidade. A criação dos conselhos de Alimentação Escolar, em cada município, possibilitou a participação da sociedade civil na ação governamental, contribuindo para melhor gestão dos recursos públicos.

A Distribuição do Livro Didático, por sua vez, vem sendo aprimorada - processo democrático de escolha; disponibilização de dados pela internet; distribuição tempestiva dos livros diretamente às escolas; entrega de livros até dezembro do ano anterior. Adicionalmente, incorporou-se a distribuição de dicionários da língua portuguesa, iniciada em 2001, e a produção de livros didáticos em Braille.

O Dinheiro Direto na Escola, descentralizado diretamente para as escolas que possuem unidades executoras, tem contribuído para manutenção do prédio escolar e aquisição de pequenos equipamentos necessários ao desenvolvimento do ensino.

A Complementação do Fundef, que visa assegurar o investimento mínimo por aluno/ano, tem sido feita para os estados da Bahia, Maranhão, Pará e Piauí, regularmente, desde o ano 2000.

.....

No **Programa Toda Criança na Escola** a expectativa a realização das metas físicas e financeiras ficou em torno de 81%, a exemplo do que vem ocorrendo nos anos anteriores. Vale lembrar que nesse período as restrições financeiras e/ou orçamentárias puderam ser superadas de forma a não prejudicar o bom andamento das ações.

## Implementação

As ações estão em constante aprimoramento e, embora existam limitações técnicas relevantes, tais como, escassez de pessoal, datas-limite impostas pela lei eleitoral, em 2002, e outras, grande esforço tem sido empenhado na busca de alcance dos objetivos.

No que se refere ao orçamento para 2003, os valores previstos, conforme consta da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, correspondem ao estimado no PPA, ou seja, se por um lado mantém-se a execução das ações nos mesmos patamares vigentes, por outro não há incrementos expressivos em relação ao período 2000-2002.

Em Educação, o ciclo completo de apuração dos índices dos indicadores anuais envolve, em alguns casos, um período superior a dois anos. As informações do ano observado são coletadas pelo censo escolar no ano seguinte e, só a partir daí, torna-se possível o cálculo das variações e dos impactos.

É oportuno lembrar que o PPA 2000-2003 utilizou as taxas que se encontravam disponíveis à época de sua elaboração, ou seja, aquelas relativas ao ano de 1997. Os índices de 1998 e 1999 estavam disponíveis para as avaliações em 2000 e 2001, respectivamente. Por consequência, os índices de 2000 são os utilizados na medição de resultados do ano 2002.

Pode-se afirmar, no entanto, que essas variações ainda não refletem possíveis mudanças ocorridas na sociedade decorrentes das ações do Programa. Contudo, deve-se levar em conta que as ações do Programa correspondem aos objetivos traçados e que, portanto, os resultados podem indicar tendências podendo, assim, embasar o processo decisório.

Apesar dos indicadores não apresentarem os resultados esperados e não constituírem instrumento preciso de avaliação, devido, sobretudo, ao deslocamento temporal, o desempenho individual das ações e, por consequência, do Programa como um todo tem sido bastante satisfatório.

As ações do Programa são voltadas à estruturação do ambiente escolar para criar condições para que o processo ensino-aprendizagem se desenvolva com a maior qualidade possível. O conjunto compreende ações de manutenção do prédio escolar; fornecimento de alimentação escolar; distribuição de livros didáticos e para-didáticos; aquisição de transporte escolar; transferência de renda a famílias que mantêm os filhos na escola; capacitação de membros da sociedade para exercer o controle social; e outras voltadas ao apoio a projetos específicos dentro do Ensino Fundamental.

Em geral, as ações de maior volume financeiro são executadas de forma descentralizada, ou seja, o Governo Federal repassa os recursos para estados (Fundef), municípios (Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola), escolas (Dinheiro Direto na Escola) e até diretamente às famílias (Bolsa Escola).

Em um país com a dimensão geográfica do Brasil, a descentralização dos recursos tem-se mostrado fundamental, frente à incapacidade dos agentes federais atuarem de forma eficaz e eficiente, devido não somente à falta de capilaridade, mas aos altos custos que a ação centralizada acarreta. Vale ressaltar, entretanto, que a ação Livro Didático, por suas peculiaridades, tem sido a exceção, visto que está comprovado que a aquisição de livros em grande escala, de forma centralizada, permite uma economia expressiva (em geral o livro que é comprado pelo FNDE custa cerca de 1/5 do valor cobrado nas livrarias).

Além disso, é desnecessário afirmar que a célula governamental mais próxima do cidadão é o município e, por isso, conhece melhor as demandas do público, ao mesmo tempo em que é a mais cobrada. Sabe-se, ainda, da experiência de outros países que a descentralização traz melhores resultados, na maioria dos casos.

Ademais, o Governo Federal não tem estrutura de fiscalização capaz de inspecionar e garantir a boa aplicação dos recursos nos 5.561 municípios, cerca de 170 mil escolas, e assim por diante (apenas para citar os números astronômicos).

Ainda assim há necessidade de aprimorar o processo de descentralização, capacitar as citadas entidades executoras locais e fortalecer os organismos de controle social que já foram instituídos (conselhos de Alimentação Escolar, conselhos do Fundef e outros), propiciando, inclusive, a sua instrumentalização. Além disso, as ações carecem de instrumentos mais efetivos de acompanhamento do desempenho.

A execução financeira, do período 2000-2002, e o planejado na proposta orçamentária para 2003, correspondem ao padrão originalmente previsto no PPA. As reprogramações existentes foram necessárias em função de fatores técnicos, operacionais e legais surgidos no decorrer da implementação de cada ação.

Pode-se citar como exemplo a previsão de repasses da Complementação do Fundef que não foi cumprida, visto que, no decorrer da execução, apenas quatro estados, dos seis que constavam do PPA, se enquadraram no critério estabelecido para distribuição de tais recursos.

Outro caso é o da Bolsa Escola que teve sua implantação em meados de 2001, e não no início do ano, devido à não-aprovação tempestiva do Fundo da Pobreza (origem dos recursos orçamentários) e outros fatores operacionais, gerando repasses menores do que o estimado para o ano.

A questão que se apresenta no momento refere-se a planejar a ampliação do atendimento à clientela, que se não é possível para 2003, será imprescindível para o próximo PPA/orçamento 2004 - 2007.

As informações do desempenho físico das ações são oriundas das diversas unidades responsáveis pelos repasses de recursos, do FNDE e da Secretaria do Programa Nacional Bolsa Escola. Ao contrário do que se deseja, não se originam dos executores locais, haja vista não existir sistema que permita a medição de resultados *in loco*.

Destarte, as dificuldades de implantação de um mecanismo de monitoramento da meta física são intrínsecas à estrutura administrativa do próprio Governo Federal, ao gigantismo das ações que compõem o Programa e à configuração geográfica do país.

Ao longo dos três anos, foram necessários diversos aperfeiçoamentos, de forma que os atributos do Programa encontram-se, em geral, adequados. Cabe registrar que no primeiro ano chamava-se Programa Aceleração da Aprendizagem e não havia coerência entre o objetivo, as ações e os indicadores adotados. Além do que, o nome induzia a um entendimento equivocado acerca do papel do Programa. Conseqüentemente, foi necessário recompor a cesta de ações, rever indicadores e estabelecer novos produtos, de forma que o resultado de tudo isso é o Programa **Toda Criança na Escola**.

A demanda social vem sendo atendida, haja vista que as ações em geral estão bem focadas. Todavia, deve-se manter em vista que aprimoramentos são necessários, bem como a participação da sociedade, como agente fiscalizador, que deve ser intensificada.

É necessário, ainda, destinação de maior volume de recursos orçamentários para manutenção dos benefícios à população.

Um instrumento importante para o reconhecimento da situação, que pode ser utilizado no aprimoramento das ações/programas, é a pesquisa de satisfação do usuário. Em primeiro lugar, as pesquisas de satisfação envolvem gastos e são poucos os recursos disponíveis para tal. Em segundo, há necessidade de mobilização da equipe envolvida no Programa/ação, visto que são indispensáveis: planejamento adequado; delimitação geográfica e populacional; definição de plano amostral e parâmetros; estabelecimento de indicadores; crítica dos dados. Não basta contratar uma empresa para realização da pesquisa. Nesse caso, esbarra-se na escassez de recursos humanos.

Entre todas as ações do Programa **Toda Criança na Escola**, apenas a Alimentação Escolar foi objeto de pesquisa de satisfação. No final de 2001, foi realizada com recursos do Banco Mundial a Avaliação do Impacto Distributivo e Elaboração de Sistemática de Monitoramento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Essa pesquisa foi contratada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o FNDE, e realizada pelas empresas BoozAllen & Hamilton e Instituto Vox Populi, com os seguintes objetivos: avaliar e aperfeiçoar a execução da ação; propor meios de fortalecer a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar-CAE; conhecer e divulgar as formas e práticas gerenciais que têm melhor contribuído para o funcionamento do PNAE, tanto na produção da alimentação quanto no atingimento dos benefícios esperados.

O trabalho considerou dois segmentos distintos - escolas e pais de alunos, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar. Os municípios foram classificados, segundo o porte, em capital e interior, selecionados por sorteio aleatório, sendo pesquisados 324 municípios. A seleção das escolas seguiu o mesmo critério, observando-se a proporcionalidade de acordo com as características - municipal e estadual; localização nas zonas urbana e rural - totalizando 3.809 escolas. Em cada escola foram entrevistados, face a face, três públicos distintos: o diretor, a merendeira e um aluno. O tamanho da amostra foi calculado com intervalo de confiança de 95% e margem de erro entre 6% e 10%, para cada um dos 27 estados brasileiros.

Entre os principais eixos de investigação, destacam-se: a caracterização da amostra; a avaliação da merenda oferecida aos alunos; modelos de gestão operacional; avaliação da gestão e controle de atividades básicas para o sucesso do Programa; e o conhecimento de aspectos gerais do PNAE.

Os resultados da pesquisa, que envolvem grande número de informações, estão disponíveis no site do FNDE. Merecem destaque nas respostas dos alunos: cerca de 76% de alunos consomem a merenda escolar, cinco dias na semana; 65% consideram que a merenda é igual à comida de casa; sobre a efetividade da ação, 88% dos entrevistados associam a merenda escolar a ter mais saúde.

Quanto aos diretores de escolas, aproximadamente 80% consideram que é grande a contribuição da ação Alimentação Escolar para: aumento da frequência escolar; aumento da aprendizagem; e, formação de bons hábitos alimentares.

O Conselho de Alimentação de Alimentação - CAE, consultado sobre sua própria atuação, em 85% das respostas, compreende que sua importância é grande ou muito grande para o sucesso da ação.

Para finalizar, 71% dos entrevistados declararam que Programa de Merenda Escolar, como é conhecida a ação, é bem realizado.